



A maquiagem na Economia

Págs. Centrais

TERREMOTO

Crise nas bolsas de valores põe em xeque o valor da entrada de capitais destinados à ciranda financeira

Pág. 5

¡POR SUPUESTO!

Em 1989, poucos argentinos fariam previsões de tantas mudanças. E menos ainda que seriam feitas por um peronista

Pág. 9

APOSENTADORIA

O funcionalismo público deve receber mais porque paga mais; e isto nem a imprensa fala nem os servidores se dão conta

Pág. 10

REALPOLITIK

Raul Carrion considera o Socialismo a única saída para os excluídos e prega união com Quécia para derrotar FHC

Pág. 12

Ufrgs Atômica

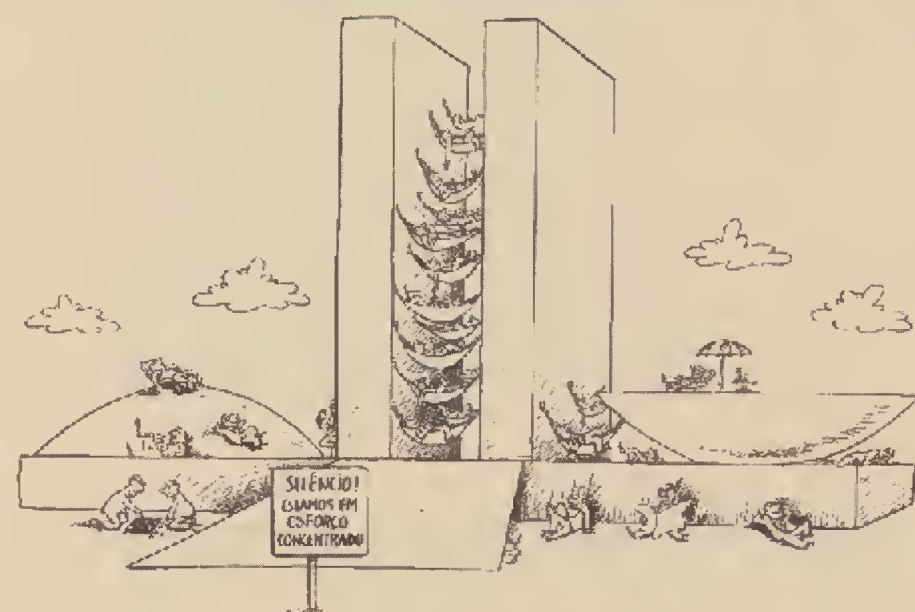
Foi anunciada, finalmente, a concessão para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de um Laboratório Experimental de Radiação (LER). A comunicação, feita pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, contempla a Ufrgs com este engenho, que também era pretendido por várias outras instituições nacionais, representando investimentos da ordem de 25 milhões de reais.

Por representar um projeto exclusivamente dedicado à pesquisa, deve ser saudado como uma conquista de grande importância para a nossa Universidade e, especialmente, para os nossos pesquisadores da área que obtiveram o reconhecimento da sua capacidade de parte das autoridades brasileiras do setor de energia nuclear. Em princípio, o Laboratório se destinará apenas à pesquisa acadêmica de ponta, servindo de instrumento nas áreas de conservação de alimentos, médica e agricultura. Convém destacar que o Rio Grande do Sul possui uma larga tradição em pesquisas em todos estes setores e que o LER possibilitará uma ampliação muito grande na investigação com o uso de instrumental que, além de moderno, implica no domínio de técnicas ainda não muito utilizadas entre nós, possibilitando um cortejo

com o que existe de mais avançado na ciência. Por todas estas razões, devemos manifestar nosso júbilo com o anúncio e suas implicações.

Registre-se, contudo, também, alguma preocupação com a seqüência da notícia de que o Rio Grande do Sul teria sido escolhido para sediar uma usina nuclear para geração de energia elétrica. A informação foi desmentida mas gera ainda alguma inquietação pela recordação de acidentes registrados ao longo dos anos com esse tipo de equipamento de geração. Ainda que a Constituição do Estado gaúcho tenha impedido a instalação de usinas nucleares para a produção de energia elétrica, face ao potencial carbonífero e hídrico que possuímos e também pelos riscos que a geração nuclear representa, convém nos munirmos de alguma cautela. Menos pelas garantias constitucionais e mais pela exacerbação do exercício do poder, daqueles que hoje nos governam e que entendem tudo poder, em nome da modernidade. Assim, essas autoridades que estão se desfazendo de nossa estatal de energia elétrica, tão penosamente construída, poderão imaginar substituí-la por algo bem mais "moderno", ainda que condenado em países mais evoluídos, que é a energia nuclear.

ad nauseam



Mariano/Internet

Andes propõe greve

Belém - Realizou-se nos dias 23 a 26 de outubro, em Belém do Pará, o 35º Conselho Nacional de Associações Docentes, encontro semestral organizado pelo Andes/Sindicato Nacional. O evento contou com a presença de 150 participantes entre delegados e observadores. Do encontro foram retiradas as diretrizes do sindicato dos professores universitários para os

próximos meses. Entre as principais decisões destaca-se a "construção da greve geral unificada dos servidores públicos federais". Representando a Adufrgs, viajaram a Belém os professores Carlos Schmidt, Renato de Oliveira e Mário Wrege. Os três votaram contra a deflagração da greve conjunta com os demais servidores públicos federais

Fórum de C&T

Porto Alegre - Nova reunião para constituição do Fórum Estadual de Ciência e Tecnologia foi realizada no dia 21, na sede da Adufrgs, com a presença de representantes de várias entidades científicas do Estado (foto). No encontro, definiu-se uma coordenação para o Fórum composta pelos professores Jorge Ducatti (Adufrgs), Roberto Giugliani (SBPC/Hospital de Clínicas), Sirio Lopez Velasco (SBPC/Rio Grande), Pedro Dutra Fonseca (Fapergs) e Maria Lucia Rossetti (PEPPS/SSMA), além de um representante a ser definido pela Unijuí. A Adufrgs vai



Fabírcia Osanai

centralizar um banco de dados que será enviado aos deputados estaduais. O Fórum pretende iniciar as discussões na Assembléia gaúcha com a realização de um seminário sobre o tema.

Universidades privadas querem manter incentivos

São Paulo - A Associação Nacional das Universidades Privadas (Anup) está tentando garantir a lei que estabelece isenção de impostos para as Universidades particulares. Por esta lei, que os ministérios da Fazenda e da Educação querem mudar em 1998, elas são consideradas entidades sem fins lucrativos. O reitor Heitor Pinto

Filho, da Universidade Bandeirante (SP), opina: "Acho que todas as que não pertençam a igrejas optarão pela lucratividade e pelo pagamento de impostos". Já o reitor das Faculdades Metropolitanas Unidas, Edevaldo Alves da Silva, defende uma lei de incentivo à educação nos moldes da Lei Rouanet, para a cultura.

Universidades ou Centros Universitários

Brasília - O MEC anunciou novos critérios para diferenciação entre Universidades e Centros Universitários em duas portarias publicadas na edição do dia 23, pelo Diário Oficial. O grande divisor é a pesquisa institucionalizada: enquanto os Centros se dedicam ao ensino de graduação, extensão e especialização, as Universidades se caracterizam também pela pesquisa acadêmica permanente. A medida visa estabelecer normas para o Conselho

Nacional de Educação (CNE) que analisa pedidos de credenciamento de Universidades e os encaminha ao MEC. O CNE aprovou pedidos de três associações de ensino para se tornarem Centros Universitários: os Institutos Paraibanos de Ensino, a Associação de Ensino de Campo Grande (MS) e a Associação de Ensino do Triângulo Mineiro (MG). O recadastramento das Universidades começará em janeiro próximo.

CNPq não muda, diz Tundisi

São Paulo - O presidente do CNPq, José Galizia Tundisi, disse em sua palestra no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, que o bilhão de reais que o Brasil investe em bolsas e fomento às atividades científicas deve ser utilizado da melhor maneira possível. Tundisi falou durante uma hora na presença de representantes de 46 sociedades científicas e procurou deixar claro alguns pontos:

1) Não é verdade que o CNPq vai acabar com a demanda espontânea.

2) Não é verdade que o CNPq vai acabar com o fomento.

3) A demanda espontânea e o fomento são vigas mestras do CNPq.

4) Não é verdade que o CNPq vai acabar com os Comitês Assessores e a avaliação pelos pares dos projetos encaminhados.

5) O CNPq vai continuar fazendo indução tanto na pesquisa aplicada como na pesquisa básica. Exemplo de indução na pesquisa básica: projeto Gemini, na área de astronomia.

XVII Congresso ANDES/SN

6 a 12 de fevereiro de 1998 - Porto Alegre/RS

ADufrgs

Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Seção Sindical da ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br Home Page: http://www.adufrgs.org.br

DIRETORIA

Presidente: Renato de Oliveira; **1º Vice-Presidente:** Carlos Schmidt; **2º Vice-Presidente:** Lúcio Hagemann;
1º Secretário: Eloína Prati dos Santos; **2º Secretário:** Jorge Ducati; **1º Tesoureiro:** Mário Brauner; **2º Tesoureiro:** João Vicente Silva Souza; **1º Suplente:** Benedito Tadeu César; **2º Suplente:** Ricardo Jacobi.

ADVERSO

Publicação quinzenal
Impresso em papel Ecograph

Edição: Silvanio Mariani

Reportagem: James Görgen e Raquel Sager

Estagiárias: Adriene Trinca e Fabrícia Osanai

Capa: Gilmar Fraga **Revisão:** Jorge Barbosa

Tiragem: 4.000 exemplares



Adiós, Reforma Fiscal

Paulo Bernardo - Deputado Federal PT/PR

Pergunta – Quais são as perdas para o país com a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF)?

Resposta – O principal problema do FEF é que ele se constitui numa alternativa a um projeto

de reforma fiscal abrangente a ponto de atender aos três níveis de governo. Sabedor que a tendência na administração pública é pela descentralização de recursos, o governo bloqueia o projeto de reforma tributária, de sua própria autoria, e aprova o FEF, que significa centralização de recursos. Tira dinheiro de estados e municípios para a união juntamente com outros mecanismos. Como a Lei Kandir, por exemplo, o FEF ajuda a desorganizar as economias dos demais entes federativos.

P – Existe uma alternativa para o FEF? O senhor defende um projeto de reforma fiscal?

R – O governo defende o FEF como mecanismo de flexibilização orçamentária. Se isso é bom para a união, deveria

ser bom para estados e municípios e perseguido por uma reforma tributária. Ao contrário, os governistas têm aprovado mecanismos de divulgação orçamentária como o fundo de desenvolvimento do magistério que, aliás, retirou da constituição a obrigatoriedade de o governo federal co-financiar o Ensino Fundamental.

P – Qual é a sua opinião sobre a previsão orçamentária para 1998?

R – Sobre o orçamento para 1998, a proposta governamental prevê R\$ 37,2 bilhões para pagamento de juros. Isso significa bem mais que a soma de saúde (R\$ 19,1 bi) e educação (R\$ 12 bi). É também muito mais que os R\$ 27 bilhões para pagamento de pessoal ativo. Mas o problema maior é que o orçamento continua sendo peça de ficção pois sendo meramente autorizativo, possibilita manipulação frequente. A solução seria um empenho maior do congresso em acompanhar e fiscalizar o orçamento do governo, coisa que ainda é muito aquém das necessidades. Mas o interesse crescente de pessoas e entidades como a associação das docentes da UFRGS vai forçar a melhoria gradativa nesse sentido.

OPINIÃO

Sobre os lucros e os segredos da PUC

Renato de Oliveira - Presidente da Adufrgs

Uma das chaves de leitura da matéria sobre a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, publicada na edição passada do **Adverso**, poderia ser a declaração de José Arthur Giannotti, em entrevista na mesma edição: *"Não foi à toa que a regulamentação do ensino privado veio por decreto presidencial, já que seu lobby é muito forte no Congresso. A dificuldade é implementar os dois decretos que obrigam as universidades a abrirem suas contabilidades"*.

Vários elementos da reportagem condizem com esta declaração. Primeiro, a ausência de números precisos no que diz respeito à situação financeira da PUC, ou melhor, de suas mantenedoras. Tais números fazem parte do "segredo comercial" dessas instituições, segredo tão bem guardado quanto os do Banco do Vaticano, aliás Instituto de Obras Religiosas do Vaticano, e não vai aqui nenhuma ironia. Trata-se de uma dupla negação do público: em primeiro lugar por serem instituições privadas, em segundo por amealharem uma riqueza que é posta à serviço de uma Missão cujo foro de legitimidade transcende a esfera pública, esta instituição laica com a qual a Igreja mantém disputa há dois mil anos. É sem constrangimento, pois, que o reitor da PUC agradece o interesse que sua instituição desperta junto à opinião pública mas declara não ter nada a declarar: em paz com sua consciência, o reitor da PUC sabe que só terá algo a declarar ao seu confessor e ponto final.

Portanto, fazer com que a caixa preta das finanças da PUC abra-se aos olhos do público implicaria numa revolução: a da afirmação prática do princípio republicano da supremacia do interesse público sobre o privado, com a conseqüente soberania da razão laica – que, falível e angustiada, põe tudo sob exame! – sobre as verdades inabaláveis da Fé e de suas pretensões hierárquicas.

Essa afirmação é pueril? Não se considerarmos que o Presidente que assinou os tais decretos que obrigariam as universidades privadas a abrirem suas contabilidades é o mesmo que emite

"Aleluias" numa assembléia de crentes em pleno êxtase místico. Aliás, entre os leitores da citada matéria sobre a PUC não foi um nem dois que a consideraram distorcida por não fazer qualquer referência aos benefícios que a veneranda instituição trouxe à comunidade em sua longa existência! Enfim, é uma questão de sermos ou não republicanos.

Segundo ponto, o poderoso *lobby* do ensino privado junto ao Congresso Nacional. Acostumados que estamos ao fato de que dinheiro é poder encaramos isso com toda a naturalidade. É natural, portanto, que as mantenedoras da PUC tenham recuperado rapidamente seu *status* de instituições filantrópicas, voltando a acumular os milhões de reais que isso representa em benefícios fiscais. Mas até onde vão os limites de ação desse *lobby*? Ou será que alguém é ingênuo a ponto de acreditar que ele não atua, por exemplo, no sentido de garantir a migração de docentes e pesquisadores das universidades públicas para as privadas? Em suma, será que esse *lobby* não tem nada a ver com o quadro salarial e orçamentário das universidades federais?

Já nos anos 70 alguns pesquisadores começaram a identificar os "anéis burocráticos" que, enlaçando grupos privados com setores da burocracia estatal, garantiram a privatização do sistema de atenção à saúde em nosso país, liquidando com a possibilidade de políticas de saúde voltadas às necessidades da população. Não seria o caso de começarmos a nos preocupar com os "anéis burocráticos" que unem os grupos privados do setor educacional com uma burocracia estatal que nunca primou pela sensibilidade face ao interesse público? Talvez possamos descobrir, nessas conexões, que os lucros e os segredos da PUC têm tudo a ver com nossos salários, bem como com o parecer do relator da PEC-370, ou com declarações de "autoridades do Ministério" dando conta de que o modelo das universidades federais está "esgotado" e com outras *cositas más*. É uma questão de saber quem manda no quê, ou em quem, o que dá no mesmo.

Brasílianas

Instrumentos para o exercício da cidadania

Nenhum cartório poderá cobrar pelo registro de nascimento ou morte de qualquer pessoa, seja ela rica ou pobre. É o que estabelece o substitutivo do senador José Fogaça aprovado no plenário do Senado no dia 29 de outubro. O projeto original, enviado pelo Governo ao Congresso, previa a gratuidade apenas mediante um atestado de pobreza.

O substitutivo determina que a primeira certidão de nascimento ou óbito será gratuita. Nos casos de segunda via, deve-se comprovar a falta de condições e assinar o atestado de pobreza no cartório. As despesas desse trabalho serão custeadas pelos próprios cartórios. Para isso, será criado um fundo de equalização pelo qual os cartórios maiores compensarão os pequenos do interior.

Fogaça justifica a decisão de tornar o serviço gratuito não só para as pessoas pobres por considerar o registro um ato necessário ao exercício da cidadania.

Contrato temporário

A comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o parecer favorável ao projeto de lei que prevê a instituição de contrato de trabalho por prazo determinado mediante convenções e acordos coletivos. Essa possibilidade é aberta para as admissões que representem acréscimo no número de empregados das empresas.

As partes estabelecerão a indenização para os casos de rescisão antecipada de contrato, redução em 50% das alíquotas de contribuição às instituições do Sistema S (Senai, Sesi, Senac, Sesc e Senat), ao Sebrae, Incra, salário-educação e seguro de acidente de trabalho. A contribuição para o FGTS será reduzida para 2%. A condição é que seja mantido o acréscimo do número de empregados.

Fonte: Jornal do Senado

Aposentados

O GT-Aposentados da Adufrgs realizará a sua próxima reunião no dia 12 de novembro, às 9h30 min. Na pauta de discussão está previsto o esclarecimento sobre os questionários já encaminhados à categoria que conduzirão a um levantamento de dados sobre a situação dos aposentados da Ufrgs. Muitos destes questionários já foram preenchidos e devolvidos, porém é necessária a colaboração de todos a fim de que a pesquisa se torne a mais representativa possível. A coordenação do GT solicita àqueles que ainda não encaminharam suas respostas em razão de dúvidas sobre o mesmo que compareçam à reunião para esclarecê-las e respondê-las durante o encontro.

Além disso, serão prestados informes sobre questões jurídicas em andamento e que interessam à categoria, como os 28,86%, URP/89 e outras. Serão debatidas também as propostas de aproveitamento de aposentados. Neste encontro será abordada também a participação do GT-Aposentados da Adufrgs no Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas (MOSAP).

Ditos & Pitos

"A melhor coisa que se tem a fazer é fechar mesmo. E também o Congresso, se possível".

– Delfim Netto, referindo-se ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional, em julho de 1997, no jornal do Conselho Federal de Medicina.

"Elas gostam de apanhar".

– Senador Roberto Campos, num artigo sobre os direitos femininos na Constituição, junho de 1988.

"Ele está se vingando das mulheres que não bateram nele".

– Deputada Beth Arize, sobre o artigo de Roberto Campos, em junho de 1988.

Restauração do Juízo Final e a Universidade brasileira

Círio Simon – Professor de História da Arte na Ufrgs

Está cada vez mais evidente o desconforto na e com a Universidade Brasileira atual. O grave desse desconforto é o fato de se traduzir em medo, pânico e alienação, expressões extremamente desalentadoras. Essas expressões partem, muitas vezes, exatamente do interior da universidade, que foi o agente central e construtor desse mundo no qual vivemos e onde teremos, forçosamente, que viver.

A gravidade da renúncia da Universidade Brasileira atual em ser sujeito e propor um modelo novo, ou sua incapacidade de fazê-lo, abre um perigosos espaço para agentes menos qualificados ou mal intencionados. O certo é que alguém irá fazê-lo. Esse agente primário e usurpador do espaço da Universidade emerge das mais diversas culturas como, por exemplo, da ultra direita até a ultra esquerda, passando pelos místicos mais escancarados.

A reificação do presente consagra o modelo caduco

A grosseira reificação do presente e o raciocínio com a eternidade das condições atuais dadas é absolutamente impossível. Especialmente para uma Universidade sem tradição de mudanças. No Brasil, a sua estrutura e suporte são recentes e sem tradição de lidar com o aversivo.

O estado industrial está chegando ao seu apocalipse. Isso não autoriza ninguém a profetizar o apocalipse do mundo, muito menos prometer uma “era de aquários” e o retorno ao Paraíso Perdido.

No Brasil, é evidente que o Estado Getulista está com os dias contados, ou melhor, devia ter-se renovado a partir do momento da

criação, num movimento de qualificação interior. A Universidade no Brasil surgiu no contexto do Estado-Industrial e, em especial, no contexto do Estado Novo e até hoje perpetua o seu momento fundante.

Periodicamente, o Estado sacode e sepulta as suas castas de vestais e sacerdotes, ou seja, aqueles que cultivam o “ócio sagrado”. Os gansos capitolinos agora grasnam através da Internet.

–O fim do getulismo, do Estado provedor, significa o fim da Universidade?

Sim, se quisermos. É um belo pretexto para colocar uma lápide e um “In Memória” com belas teses sobre o que foi a gloriosa Universidade Brasileira no pretérito perfeito.

A reificação do presente é absolutamente distinta da imanência

O catastrofismo não é mais nada que a constatação de que o presente reificado não é eterno. Descobre-se o óbvio e esse óbvio só ajuda a tarefa de cruzar os braços, alienar sobre o presente, esperar o messias salvador, na esperança de ele ser menos cruel com nosso querido presente.

Belo pretexto para teatralizar a tragédia. Está ali o sucesso do Juízo Final restaurado e aberto ao grande público neste verão europeu de 1997.

O Juízo Final, de Miguel Ângelo, está colocado como a Porta do Inferno da era colonialista exercida pela Europa. Europa que soube explorar a política do medo com os instrumentos da Contra Reforma e Santa Inquisição, reforçada pela Universidade, da qual saíam as legiões de jesuítas a instalar o céu e

o inferno no seu presente.

O medo congrega, desestabiliza a razão e desqualifica a vida vivida nessas circunstâncias. Resultado é a alienação do mundo. A seleção das verdades inevitáveis: a entropia e a morte são cientificamente certas, são onipotentes e eternas em qualquer tempo e lugar. Um cortejo de profetas congrega, e congregam sempre, multidões onde quer que apareçam. Fortunas e impérios se constroem sobre a necessidade de esconjuram, ao menos, por algum tempo, esse inominável. A maioria desses profetas promete a recompensa dos “mil anos de prosperidade”. A pobre vítima, seduzida por essa esperança descabida, oferece a veia jugular ao vampiro.

O magnético canto das sereias sobre o pélagos mortal é difícil de contornar.

É evidente que o triunfalismo, a orgia, nutrem-se desse mesmo catastrofismo apenas invertendo-lhe o sinal. Pela esconjura dos perigos, do desconhecido, produz a mesma alienação. Possui os mesmos mecanismos de capitalização do profetismo insano.

Não há espaço entre o Eros e o Tânatos?

Parece que aí está o espaço da Escola. A criação de um espaço no qual se suspende temporariamente tanto o Tânatos quanto o Eros e gera um ponto de apoio no qual é possível mover esse mundo carregado de interesses e medos localizados. Sem promessas impossíveis de realizar.

É evidente que a atual universidade não corresponde mais a esse espaço potencial de mudança do mundo depois que ela se

comprometeu com o mundo possível e concreto da era industrial, era que ela levou até as últimas consequências e foi sua principal promotora.

Agora ela reluta por todos os meios para retornar a esse útero industrial na qual ela foi a atriz central e festejada. Trabalho vão e prejudicial: esse mundo não vai ruir, já ruíu. Talvez na periferia sobram algumas estruturas industriais, como no Brasil, instrumentalizados pelos países hegemônicos a colocar à distância, mas sob seu controle, mais energia, mais força de trabalho predatória e matéria-prima barata.

O novo parto a que a Universidade é submetida abala todas as verdades do útero industrial anterior. Condenada a respirar de uma forma autônoma, a se alimentar e a tornar-se adulta nesse novo meio, ela sofre e se angustia. Angústia mais cruel pela forte probabilidade de não dar certo e prever a impossibilidade absoluta para reconquistar a autonomia indispensável para a sua própria natureza.

Contudo, não há nada de cíclico nem inevitável, muito menos um caminho a seguir.

A única verdade da Universidade é a busca e o desvelamento constante da verdade

Se a universidade quiser reconquistar o seu papel central nessa busca da verdade, deve se tornar dona do tempo e do espaço. Dona do tempo quando ela impõe e administra a *epokhé* e a *skholé*, não para se reproduzir mas para dar condições para que Atenas renascida possa plantar as suas mudinhas de oliveira na Acrópole, e assim propagá-las no espaço de

uma polis renovada. Dar condições para que essas mudas (clones) possam se desenvolver como símbolo da paz e da renovação no limite do espaço e tempo possíveis. Quanto mais saberes e condições conceituais e materiais tiver a sua disposição menos o catastrofismo, o obscurantismo, os interesses criminosos terão condições de se propagar.

É desse princípio que emerge a autonomia universitária. Começando pelo fato físico de vedar a entrada da polícia. Que dizer de uma Universidade que teve, durante largo período, um policial na mesma hierarquia do Reitor?

Como uma universidade prostituída pode ensinar cidadania a um jovem e garantir a sua voz e vez na sociedade se a origem da voz do saber provém de um lugar desprestigiado?

A escola educa o Estado ou o Estado educa a escola?

Num espaço dessa natureza é possível ter esperança da geração e produção de saber verdadeiro como alavanca de uma sociedade que se diz democrática?

A Universidade ensina o que ela é. “O ente está no ser”, escrevia Heidegger. Uma Universidade desconfortável com a sua própria consciência e saber prostituído carrega os seus docentes e discípulos com tarefas que impossibilitam a descoberta do saber verdadeiro e do equívoco no qual vive.

Do outro lado está a Universidade que conquistou a intencional da *skholé*, do tempo de sintonia com o pretendido, o eterno e a disponibilidade do saber testado, que leva a prometer apenas o que é possível.

Um brasileiro em Quebec

Zilá Bernd -UFRGS/Pesquisadora CNPq - Profa. Convidada da Université du Québec à Montréal

Não sendo um país, mas uma província canadense, o Quebec sempre reivindicou seu caráter de “société distincte” em função de sua especificidade lingüística e cultural. Tradicionalmente, foram consideradas como fazendo parte da Literatura quebequense, obras escritas em francês por cidadãos do Quebec, abordando temática relacionada à cultura local.

Os fortes contingentes imigratórios que chegam e continuam a chegar ao Quebec e que vão progressivamente se integrando à vida cultural deste “pays incertain” vinham sendo denominados de “neo-québécois”, maneira encontrada para distingui-los dos “québécois” de raiz. Essa apelação, contudo, começa a produzir um grande mal-estar quando se trata de cidadãos radicados na região,

por vezes, há mais de uma geração. A situação fica ainda mais embaraçosa quando os ditos neo-quebequenses tornam-se escritores, produzindo obras escritas em francês e editadas por editoras do Quebec, mas com temática relacionada quase sempre ao país de origem. O furor acadêmico de catalogação delirava por não encontrar a rubrica apropriada para classificar esses “estrangeiros” que escreviam sobre o Haiti, a África, a Itália, o Brasil, etc.

A solução parece que acaba de ser encontrada: todos passam a integrar a literatura quebequense que se enriquece assim com essa oxigenação “venue d’ailleurs”.

Interessa, em particular, destacar o sucesso que faz neste

momento, em Montreal, o brasileiro Sergio Kokis. Radicado há mais de 25 anos no Quebec, Kokis é autor de muitas obras que, de 1994 (*Le pavillon des miroirs*) a 1997 (*L’Art du maquillage*) vêm abocanhando os prêmios literários mais importantes e ocupando sistematicamente o primeiro lugar na lista dos mais vendidos do Quebec. Nascido em 1944, no Rio de Janeiro, psicólogo de formação, Kokis é, além de escritor, pintor e desenhista. Seus primeiros sucessos *Pavillon des miroirs* e *Negão e Doralice* (1995) nutriram-se de temática brasileira, não sem um certo abuso de exotismo e “cor local”, fórmula que justifica até hoje a notoriedade ímpar da obra de Jorge Amado entre os leitores de língua francesa, na França ou no Quebec. Seria previsível que o autor seguisse por este promissor

caminho que garante a tantos outros escritores um público cativo. Sérgio Kokis envereda por outros caminhos e, no romance que acaba de lançar por ocasião da Feira Internacional do Livro de Quebec, aborda assuntos fascinantes tais como o falso, a mistificação, as máscaras da sedução e da identidade e a delicada questão do bom e do mau gosto no que diz respeito ao campo das artes em geral e da pintura em particular.

Em entrevista concedida durante a Feira, Kokis assim se referiu a sua mais recente publicação: “Quis trabalhar sobre a ausência de identidade. Quis mostrar como se pode, diante desta ausência, cair na armadilha de adotar identidades, utilizar máscaras para trapacear, para mostrar aos outros. O tema é

fundamental em arte; a arte é a criação de simulacros para fazer sonhar. A maquiagem, a sedução, os títulos universitários, o modo pelo qual nos apresentamos: tudo são ornamentos que usamos quando temos dificuldades, carências de identidade”. Assim, o livro, que tem como personagem principal um artista que faz falsificações de telas de pintores renomados, tenta mostrar que não se pode viver muito tempo uma identidade “emprestada”, usurpada.

Fica a esperança de que um dia o próprio autor reescreva suas obras na sua língua vernácula para que o público brasileiro possa também ter acesso a sua fascinante escritura.

Nem só de aulas vivem os professores

O que leva um professor universitário a ter alguma atividade paralela?

As razões são muitas: *hobby*, complemento financeiro, preocupar-se com as carências do mercado ou colocar em prática conhecimentos adquiridos e aperfeiçoados ao longo de uma carreira docente.

Este último é o caso da ex-professora de botânica da Universidade Federal de Ouro Preto, Maria Aparecida Zurlo. Há 25 anos ela desenvolveu um extrato para a

fabricação de uma cachaça de ervas. Deixou chegar a sua aposentadoria e começou a fabricá-la comercialmente. "Eu não acho certo o professor ter atividades paralelas, então esperei me aposentar para legalizar tudo", comenta.

A cachaça "Milagre de Minas" já está no mercado há três anos e são fabricadas 80 mil litros de cada um dos quatro tipos que fabrica, por ano. A principal e que é a menina dos olhos de Maria Aparecida possui 15 tipo de ervas, entre elas alguns afrodisíacos como cipó

cravo, dois tipos de catuaba, além de nó-de-cachorro, canela safras, boldo do chile, mangericão, casca danta e jatobá.

A ex-farmacêutica que se especializou em botânica medicinal conta que ao longo do tempo ela foi pesquisando, juntando ervas, fazendo degustação entre os amigos até que encontrou a fórmula certa. As demais vieram com o tempo. Uma é a cachaça envelhecida em tonel de carvalho, outra é pura e ainda uma que foi desenvolvida e própria para caipirinha. "Ela é bem mais fraca que as outras", ressalta Maria Aparecida.

Sobre a bebida, ela diz que apesar de estar envolta em preconceitos no Brasil a cachaça é comercializada em todos os melhores restaurantes do mundo.

Outro caso é o do professor das cadeiras de cinema e de introdução à fotografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Carlos Gerbase. Ele lecionou durante os anos de 93, 94 e 96, na Ufrgs, mas já estava dando aula na PUC desde 81, quando dois anos depois ele formou a banda "Replicantes". Ele conta que na época a idéia era fazer música para aprender. "E a escolha do punk rock



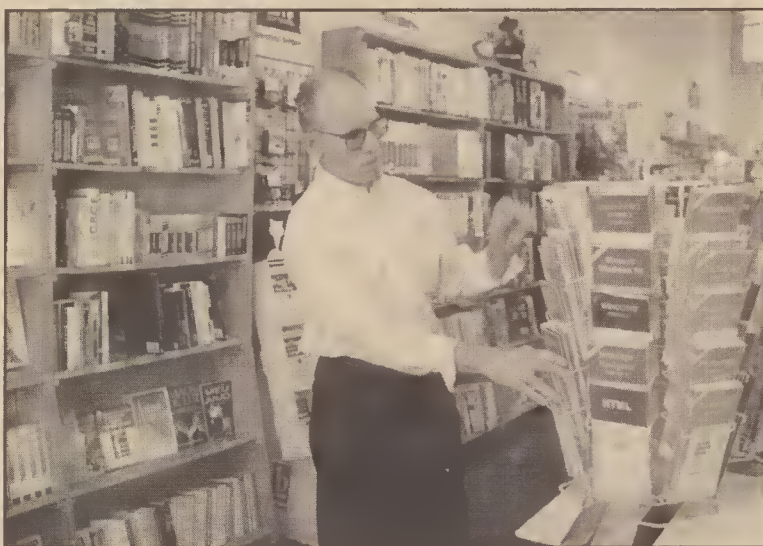
O professor de cinema e fotografia Carlos Gerbase (penúltimo à dir.) formou a banda punk Replicantes para "aprender a fazer música"

se deu porque é teoricamente mais fácil de fazer do que qualquer outro tipo de som. E não paramos até hoje.", diz Gerbase. Quando a banda começou a fazer shows, a responsabilidade cresceu. "Era um *hobby* que está dando bastante trabalho. No momento em que você começa a receber cachê passa a ter responsabilidade profissional", conta.

Já o professor aposentado de jornalismo gráfico da Ufrgs, Blásio H. Hickmann que há 15 anos iniciou uma pequena distribuidora de livros no porão de sua casa, possui hoje uma grande distribuidora e uma livraria. Ele conta que a idéia surgiu

porque não existia em Porto Alegre nenhuma distribuidora de livro infantil. "Foi com esse objetivo que abri a Multilivro". Aposentado desde 1996, Blásio lembra que ele lecionava 40 horas e no início não podia dedicar tempo para a distribuidora. "Eu comecei sozinho, quase como uma brincadeira e utilizava as 'beirinhas' de tempo que sobravam para esta função", lembra. Hoje tem uma equipe que trabalha com ele e no ano passado, após sua aposentadoria, ele resolveu expandir o negócio e adquiriu a Livraria Digital, especializada em informática.

Fabírcia Osanai



Aposentado, Blásio Hickmann investiu em sua paixão por livros

TERREMOTO NAS BOLSAS

Que alternativas pode haver para o Brasil?

Marco Antonio Nascimento Pereira — Economista, assessor técnico da Rede Unitrabalho, ex-diretor da Andes/SN (gestão 86/88)

O pânico está generalizado nas bolsas de valores de todo o mundo, inclusive e particularmente no Brasil. Entre a população minimamente informada, há inquietação e mal-estar. A preocupação imediata é: o atual ataque especulativo contra a moeda brasileira será forte e duradouro o suficiente para derubá-la e na sequência abalar (e com que profundidade?) o conjunto da economia?

Muito se especula e vai se especular ainda nos próximos dias ou semanas, mas provavelmente ninguém tem resposta segura a dar. O que se pode afirmar com certeza é que um ataque como esse é previsto com segurança já há alguns anos, desde que ficou claro o papel da taxa de câmbio — ou seja, sobretudo da supervalorização do real frente ao dólar — como principal instrumento da estabilização monetária levada a cabo a partir do governo anterior e sustentada a ferro e fogo pelo atual.

O trauma por que está passando a economia brasileira e as perdas que a maior parte da população já começa a sofrer com as medidas que o governo começa a adotar, marcam um momento importante para o debate sobre os rumos tomados

pela política econômica e o tipo de ordenamento econômico e social que se quer para o país.

Entre os pontos centrais desse debate, necessariamente devem estar presentes questões que habitualmente são mantidas sob o tapete, sob a alegação de que o decisivo é responder de imediato ao problema imediatamente mais agudo. Entre elas, há uma que certamente é decisiva, tanto para a determinação das medidas que estão sendo tomadas hoje como para se elaborar qualquer proposta alternativa quanto aos rumos do país, de sua economia, de sua sociedade e vida política e cultural.

Ao contrário das previsões de um declínio inevitável da dominação norte-americana e provável estabelecimento de algo como um triunvirato — Estados Unidos, Japão, Alemanha —, os Estados Unidos retomaram a hegemonia internacional e a levaram a extremos nunca vistos. Embora essa posição hegemônica tenha sido grandemente reforçada pelo colapso da União Soviética e da grande maioria dos regimes comunistas, na verdade as mudanças no sistema capitalista internacional, em que se inclui a retomada da hegemonia

norte-americana, antecederam e constituíram uma das causas centrais imediatas da derrocada mundial final do comunismo.

Uma das alavancas fundamentais dessa retomada, provavelmente a principal, foi o extraordinário avanço internacional das finanças norte-americanas, dando um conjunto de passos decisivos para a formação progressiva (e rápida) da gigantesca massa de capitais especulativos que hoje circula livremente pelos mercados financeiros em todo o mundo, decidindo da sorte de economias inteiras.

O governo brasileiro afirma — como diversos outros, além da larga maioria dos economistas — não haver outra saída, além da integração ao processo de globalização. A discussão que se trava no país geralmente está centrada no caráter dessa integração: para o governo e outros, simplesmente integração; para os oposicionistas, o que se está encaminhando, e não deveria sê-lo, é uma integração subordinada aos interesses do capital financeiro internacional.

Por baixo desse debate, porém, há a questão essencial referente à

crescente desproporção entre a geração de dinheiro — sob a forma diretamente monetária ou sob forma com tão alto grau de liquidez (capacidade de quase imediatamente se transformar em moeda) que de facto constitui moeda — e a geração de riqueza efetiva. Em outras palavras, a massa de riqueza monetária correspondente à riqueza real gerada (em bens e serviços) vem reduzindo sua participação percentual dentro do conjunto da massa de riqueza monetária geral, com o correspondente aumento da riqueza monetária advinda da atividade especulativa. Esse fato se deve não apenas aos agentes econômicos que estão fora de qualquer atividade produtiva, mas também à enorme parcela de empresários e capitalistas que cada vez mais desviam capital de atividades produtivas para aplicá-lo nos mercados financeiros.

No Brasil isso é tão (ou mais) verdadeiro quanto nos países capitalistas centrais. E entre os capitais propriamente brasileiros isso é igualmente tão verdadeiro quanto entre os capitais estrangeiros aqui invertidos. Assim como o montante de capitais estrangeiros que entram atualmente

(e nos últimos anos) no Brasil destinam-se em muito maior proporção ao mercado financeiro do que às atividades produtivas.

Inexiste qualquer possibilidade de o Brasil participar da atual fase de internacionalização sem o fazer de modo subordinado, sem que essa questão seja enfrentada e resolvida no essencial, ou seja, sem que se consiga colocar os setores produtores de riqueza real (inclusive o seu financiamento) como prioridade para o fluxo de capitais.

Evidentemente, semelhante alteração na política econômica pressupõe uma alteração na correlação de forças, não só entre trabalhadores, capitalistas e empresários, governo, mas também entre as forças dominantes — incluindo os diferentes segmentos de empresários e capitalistas e os diferentes grupos e forças políticas dentro e em torno do(s) governo(s). E lembre-se: os trabalhadores só chegarão a se mobilizar para além das lutas defensivas salariais e pelo emprego, se perceberem claramente perspectivas de virem a se modificar — para melhor — suas atuais condições de vida, de trabalho e de participação no processo de tomada de decisões no país.

Deu a louca na estatística

Todo dia, economistas, analistas de mercado, pesquisadores e jornalistas se perguntam se é possível confiar nos números do governo. Em setembro, a descoberta de um erro no resultado das importações brasileiras gerou suspeitas de que a manipulação na divulgação de dados oficiais pode não ser apenas paranóia dos não iniciados na arte das informações. Se as desconfianças ainda não afetaram a credibilidade do país no exterior, começam a causar arranhões na imagem dos condutores da política econômica junto ao mercado interno.

James Görgen

Foram menos de US\$ 900 milhões. Pela visão do governo federal, parece que o erro descoberto na declaração das importações brasileiras no primeiro semestre era uma coisa menor. Problemas de rotina. Na ponta do lápis, o total de US\$ 859 milhões até diminuiu o deficit da balança comercial. Em agosto, o saldo negativo estaria em US\$ 5,829 bilhões.

Com a descoberta da falha no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), implantado em 2 de janeiro, a diferença das compras sobre as vendas para o estrangeiro ficou em US\$ 4,97 bilhões. Maravilha. Para um país que vinha registrando deficits consecutivos há mais de um ano, a notícia não poderia ser melhor.

Só que para o bom analista de mercado, meia confusão basta. Assim que a trapalhada foi divulgada, os mais céticos saíram à imprensa, fazendo perguntas que não foram respondidas pela equipe de Fernando Henrique Cardoso. Em um artigo publicado no jornal Folha de São Paulo ("Pior que o soneto?", de 6/10/97), o redator-chefe da revista "Conjuntura Econômica", da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Lauro Vieira de Faria, colocou a pulga na orelha do coro dos desconfiados e prudentes ao indagar se os equívocos limitavam-se ao campo das importações. "E as exportações não teriam sofrido imprecisões semelhantes e no mesmo sentido", cutucou o membro do Instituto Brasileiro de Economia.

O silêncio responde

No texto, Faria lembrava o caso de uma plataforma de petróleo da Petrobrás que deixou o país em setembro para receber um conserto no exterior. Sua saída foi registrada como exportação. "Depois de tudo isso, como ter certeza de que a emissão de base monetária está sendo controlada, como mostram os dados do Banco Central? Ou que as reservas internacionais somam US\$ 63 bilhões? Ou que o deficit fiscal está caindo como proporção do PIB? Ou que o IBGE está acertando no cálculo desse mesmo PIB e da taxa desemprego?"

Um simples silêncio do governo respondeu a todas essas perguntas. O medo dos especialistas é que os erros diários em todas as áreas da estatística oficial possam tirar a credibilidade de um país que precisa manter a imagem da estabilização econômica para não afugentar o capital externo. Hospedados no país sob duas formas – dos investimentos

diretos em novos empreendimentos e do capital volátil, que nada na piscina dos juros altos e da especulação financeira, os recursos dos investidores internacionais precisam sentir segurança para não arrumarem as malas e irem lucrar em outra freguesia. "A informação muito imprecisa é pouco menos danosa que a falta de informação, e ambas são sinais de fraqueza dos governos", considera Faria.

Esconde-esconde

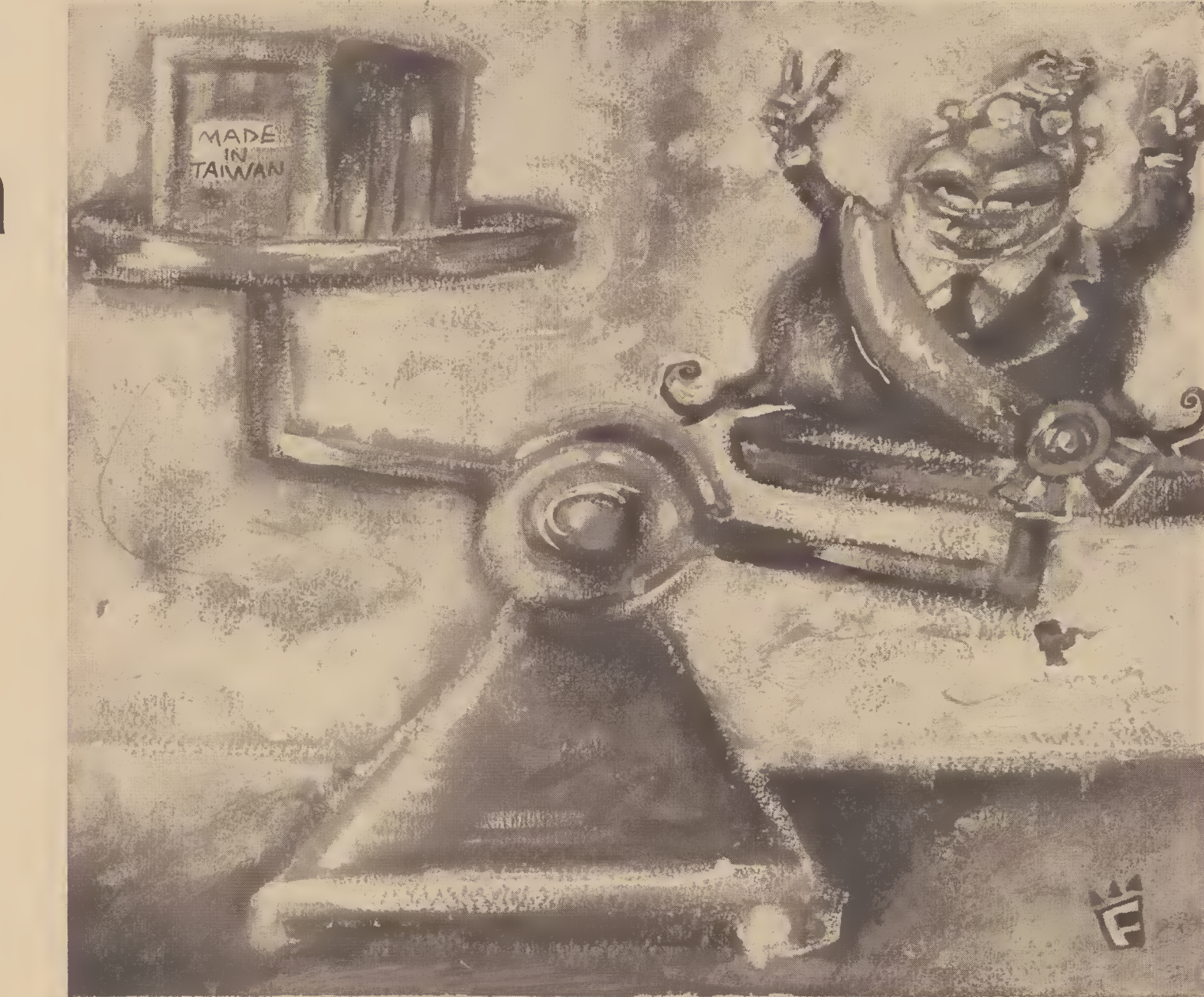
O governo sabe disso. Por esse motivo, faz questão de arredondar para cima qualquer número ou previsão que possa gerar mal-estar no mercado. "Para evitar o fracasso da política econômica e os sustos no mercado, é normal que o governo seja sempre otimista e tenha mentiras pré-programadas", observa o professor de Economia Brasileira da Ufrgs, Flávio Fligenspan.

Mas, ao contrário do que acontecia nos anos de chumbo, a globalização do acesso às informações começa a restringir o campo da manipulação. "Em uma democracia, a margem do que se pode esconder é muito menor", considera a chefe do Centro de Estudos de Estado e Governo da FGV, Lia Valls Pereira. Na opinião da economista, não existe má fé do governo nos erros que acontecem.

Segundo ela, todos os países fazem correções em seus números. No caso das importações brasileiras, Pereira acredita que o equívoco foi provocado pela falta de um sistema de críticas no Siscomex. "Como é o usuário que entra com os dados, alguém precisa conferir", afirma. "Em muitos casos, a margem de correção de um dado pode chegar a um ano", explica.

O otimismo exagerado também pode gerar desconfiança. Empregando dezenas de consultores, corretores e outros especialistas no mercado de capitais, o capital externo está sempre atento para sinais de euforia maquiada. Quando um ministro da Fazenda aparece demais na televisão dizendo que tudo está correndo às mil maravilhas, os analistas sabem que alguma coisa vai mal.

Geralmente, o efeito no mercado é imediato. No caso da dança dos números nas importações, as variações foram sentidas nos dias que se seguiram à divulgação do erro. Conforme Faria, no mercado futuro de câmbio, os contratos em aberto para dezembro de 1997 tiveram seus preços aumentados em 0,05% entre 9 de setembro (data em que foi anunciada a correção) e 12 de setembro. No mercado



futuro de taxas de juros de CDI-over, a alta foi de 0,12%. No mesmo período, o índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acumulou uma baixa de 3,8%.

Queda-de-braço

Como em qualquer relacionamento, quando o mercado desconfia do governo, está formada a crise no casamento do capital com o Estado. Para certos economistas, a mentira é um mal necessário nesta convivência porque serve para evitar a especulação. Como numa espécie de queda-de-braço, as autoridades puxam os números para um lado, tentando evitar que a ação dos investidores contribua para o crescimento da inflação ou da taxa de juros. "Uma diferença de um ponto na previsão da inflação pode significar lucro ou um grande prejuízo para quem aposta alto", diz Fligenspan.

Um exemplo da alegada distorção positiva acontece com os dados sobre o deficit público. Quando o governo não informa o tamanho do rombo que terá que cobrir, o mercado não

Desinformação para evitar pânico

O pânico provocado pela queda vertiginosa de quase todas as bolsas de valores do planeta mostrou quanto o jogo de esconde-esconde é vital para a sustentação do Plano Real. Provocado pela fuga de capital dos países asiáticos, o pânico histórico atingiu o Brasil em cheio. Durante quatro dias úteis (de 23 a 28 de outubro), o índice da Bolsa de Valores de São Paulo acumulou uma baixa de 19,36%. Para conter a especulação na compra de dólar e bancar a saída de capital do país, o governo foi obrigado a queimar suas reservas.

Quanto se gastou, ninguém sabe. Nos últimos dias do mês se falou desde US\$ 1 bilhão a 5 bilhões. Se o governo afirmasse o

sabe de quanto será a emissão de títulos da dívida interna. "Se o risco é menor, as instituições financeiras não têm como exigir juros mais altos do governo na hora de negociar o débito", salienta Fligenspan.

Outro fator bastante discutível é o da alteração de metodologia na elaboração de índices. Nos anos da inflação de dois dígitos, a existência de muitos institutos e suas diferentes técnicas, aferindo o aumento dos preços facilitava a identificação de eventuais erros e constrangiam a "fabricação" da dados. "Hoje, o maior problema da economia brasileira está focalizado no setor externo, em um desempenho insuficiente das exportações e um grande crescimento das importações, ambos fruto da sobrevalorização expressiva da moeda nacional", considera Faria. Como o controle sobre estas estatísticas está concentrado nas sombras produzidas pelo Executivo, os enganos indicam que a dança dos números está bem longe de acabar.

valor queimado para evitar que a compra de dólar no mercado interno desvalorizasse o Real, a corrida para a moeda norte-americana poderia ser ainda maior. Mesmo assim, o Banco Central realizou sete leilões para vender reservas e conseguiu conter o ataque especulativo.

Ao mesmo tempo, se fosse divulgado quantos bilhões de dólares foram comprados pelos investidores que deixaram o país para cobrir rombos em outros lugares, a fuga de capital também poderia ser enorme. "O segredo é sempre não dar arma para o inimigo", avalia o professor de Economia Brasileira da Ufrgs, Flávio Flilgenspan.

Regras do jogo mudam quando o placar do governo é desfavorável

Nem só de enganos involuntários vivem os estatísticos do governo. Geralmente, os lapsos revelam que as autoridades precisam esconder. Na maioria das vezes, seja por bem ou por mal, os dados oficiais são otimistas para não alterar o que Lord Keynes chamava de o "estado de ânimo dos capitalistas". Em outras, índices e percentuais são alterados para melhorar as regras do jogo quando o placar está desfavorável para a política econômica. "A gente tem que desconfiar de tudo porque por trás destas informações sempre tem alguém tentando ganhar dinheiro", diz o professor de Economia Brasileira e coordenador do Núcleo de Análise de Política Econômica da Ufrgs, Flávio Fligenspan.

Sob o jugo da censura dos governos militares, as manipulações eram grosseiras. Fligenspan lembra certas confissões do ex-ministro do Planejamento José Paulo dos Reis Velloso. Em 1974, com o final do milagre econômico, poderia ser suicídio revelar queda nas taxas de crescimento do Brasil. Velloso não teve dúvida: sempre que era perguntado dizia que o país ia de vento em popa.

Mais antigo que isso só o sobe e desce da inflação. Desde o Plano de Metas de Juscelino, nos anos 50, é comum o governo segurar as tarifas dos serviços públicos para conter o índice dos preços. "A distorção acabou refletindo na descapitalização das estatais e na privatização", condena Fligenspan. Sem recursos para investimentos, as empresas do governo teriam ficado sem condições de competir com a livre iniciativa.

Balança repetiu erros em 97

Números fantasmas parecem não assustar o governo. Eles vêm e vão como se fossem obra do acaso. Provocam confusão, geram distorções nos cálculos oficiais e depois desaparecem sem, aparentemente, terem tirado o sono do mercado. No caso da balança comercial brasileira, estes íncubos da falta de precisão convivem com dados tangíveis como numa sessão espírita. Entra mês e sai mês, a Secretaria da Receita Federal divulga correções na diferença entre as exportações e as

importações do país. Antes de acontecer o vexame de setembro deste ano, onde mais de US\$ 900 milhões em negociações com outros países foram registradas mas não se consumaram, outras aparições já haviam se manifestado nos relatórios de Brasília.

Os problemas já iniciaram em janeiro. Por um erro na contabilização das importações de petróleo, o governo acabou chegando a dois resultados diferentes e diametralmente opostos da balança comercial. O primeiro acumulava um superavit de US\$ 60 milhões enquanto o segundo, onde foram incluídas as compras da Petrobrás, apresentava deficit de US\$ 473 milhões. Em ambos os casos, as exportações não avançaram nem retrocederam de US\$ 3,685 milhões.

A confusão foi detectada oito dias antes da divulgação do resultado. O motivo: a estatal não conseguia liberar combustíveis e lubrificantes enquadrados em dezembro na lista de produtos que necessitavam de licença antes do embarque no país de origem. Nas contas da Petrobrás, as importações dos dois produtos alcançavam US\$ 473 milhões. Ao mesmo tempo, o banco de dados do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) da Secretaria da Receita Federal, que entrou em funcionamento no dia 2 de janeiro, registrava apenas US\$ 61,4 milhões.

Quando a distorção apareceu, o diretor comercial da Petrobrás, Percy



Fabírcia Osanai

Fligenspan acredita que a relação entre receita e despesa é terreno para a mentira

Velha também é a manipulação nos reajustes salariais. Nos planos econômicos surgidos depois do Cruzado (1986), era prática comum do governo criar um novo índice para monitorar a recomposição do salário mínimo. O professor da Ufrgs lembra que em nenhum deles os trabalhadores conseguiram manter o poder aquisitivo dos vencimentos em relação aos preços do mercado.

Para Fligenspan, de todas as áreas onde a manipulação de dados virou rotina nenhuma dá mais pano para disorções do que a do ajuste das contas do governo. "A relação entre receita e despesa é terreno para a

mentira", afirma o economista, que não acredita em nada no campo do ajuste fiscal. Segundo ele, com a queda da inflação a situação se tornou mais evidente. "Antes, não se sabia quanto se gastava porque os valores mudavam todo o dia", justifica.

Um exemplo claro aparece na influência dos gastos com pessoal sobre o orçamento dos Estados. Secretários da Fazenda usam um conceito que faz folha de pagamento pesar mais nas contas públicas. "Eles limpam juros de dívida e outras despesas para mostrar que os gastos com pessoal tomam conta de 90% do orçamento", revela Fligenspan.

Valdir Friolin/Agência RBS



Importações declaradas não chegaram ao Brasil

Louzada de Abre, declarou à

imprensa que o governo sabia da falta de informações sobre as compras de petróleo e derivados no Siscomex. Até que o mês termine, o sistema aceita alterações nos dados. Como nada foi feito, os ministérios da Fazenda e da Indústria, Comércio e Turismo apresentaram resultados divergentes em mais de US\$ 400 milhões. Guiando-se pela Fazenda, a análise apontava para um superavit, situação que não acontecia há quase um ano. Olhando para os dados do MICT, o deficit persistia. Em meio ao vendaval de informações, o mercado não sabia em quem confiar ou de quem desconfiar.

Na época, o secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, colocou a culpa da distorção na lentidão da burocracia sem citar o nome dos órgãos responsáveis pela

trapalhada dos números. Em julho, os erros novamente se repetiram mostrando uma queda no deficit. Outra confusão no Siscomex acabou criando um desconto de US\$ 93 milhões nas importações do período. O acumulado passou de US\$ 6,045 milhões para US\$ 5,952 milhões, reduzindo o deficit da balança no mês de US\$ 807 milhões para US\$ 714 milhões.

Desta vez, a causa estava em um grande número de Declarações de Importação (DIs) registradas de janeiro a junho e que não haviam contado com o respectivo desembaraço aduaneiro. Para reverter a situação, o fisco cancelou 1.093 DIs registradas até julho. De acordo com a Receita, a maior parte dos erros referia-se a uma mesma declaração registrada várias vezes.

Cacallos Garrastazu/Agência RBS



Mendonça de Barros culpou a burocracia pelos constantes erros nos números do comércio exterior

Três certezas em pedaços

Queda nas bolsas de valores desmente o mito de que a globalização do capital é segura

O caminho do sucesso para as economias “emergentes” é mergulhar sem medo nas oportunidades abertas pela globalização? Os fluxos de capital externo que irrigaram estes países na última década, garantiram o sucesso dos planos de estabilização e estimularam, em alguns casos, ciclos notáveis de desenvolvimento vão perdurar indefinidamente? Os riscos de um crash de consequências devastadoras ficaram para trás? Repetidas exaustivamente nos últimos anos, ao ponto de se transformarem em dogmas, essas certezas tornaram-se desde ontem vulneráveis como as moedas asiáticas. Mesmo que as desvalorizações em cadeia sejam um fenômeno impressionante, muito mais profundos do que elas são os movimentos que as detonaram. E sobre esses, os jornais não falam.

Durante anos os tigres cresceram sem parar. Então, o mercado mundial começou a cobrar seu preço

O antecedente mais imediato do terremoto de ontem é por certo a crise dos “tigres” asiáticos. Durante muitos anos, Coreia, Taiwan, Hong Kong e Singapura — e mais tarde Indonésia, Filipinas, Tailândia e Malásia — foram apresentados como prova de que as portas do progresso estavam abertas aos países do Terceiro Mundo que abandonassem os projetos de desenvolvimento auto-sustentado e se voltassem para o mercado mundial. Os primeiros resultados foram de fato alvissareiros. Uma força de trabalho, a princípio barata e reprimida, e um fluxo contínuo de investimentos transformaram os tigres em centros industriais e financeiros respeitáveis. A produção econômica e a renda *per capita* cresceram a taxas expressivas por anos a fio. A modernidade chegou na forma da urbanização, da formação de classes médias emergentes, das moedas nacionais indexadas pelo dólar, do uso do inglês, da poluição e dos

congestionamentos de trânsito.

Há cerca de dois anos, o mercado começou a cobrar seu preço. Uma forte alta do dólar frente ao iene japonês foi tornando a produção dos tigres pouco competitiva.

Também não se perdoou a ousadia dos trabalhadores que diante do enriquecimento dos países exigiram e alcançaram (principalmente na Coreia) salários melhores. Os tigres passaram a conviver com déficits comerciais crescentes. A partir de maio deste ano, os investidores estrangeiros decidiram que era hora de deixá-los à própria sorte. Desde então, a fuga abrupta de capitais está provocando desvalorização das moedas, intervenções do FMI, queda dos salários reais, corte de investimentos públicos. Ninguém sabe onde está o fundo do poço. A edição desta semana da revista britânica, *The Economist*, trata o problema com uma ponta de humor negro. Aposta que o comportamento dos países do sudeste asiático vai evoluir mais ou menos como o das pessoas a quem se dá uma péssima notícia: “do choque para a negação, a raiva e depois a aceitação”. E chega a prever, numa matéria intitulada “Algo horrível lá fora”, que a bola da vez podem ser os países do Leste Europeu.

A queda espetacular da bolsa de Hong Kong é um símbolo da fragilidade das economias nacionais diante dos humores loucos dos mercados financeiros. O enclave recém-incorporado à China possui reservas de 80 bilhões de dólares. Somadas às chinesas, são 222 bilhões — mais que qualquer outro país do mundo. O que é isso, porém, diante de um mercado que movimentou 1 trilhão de dólares *por dia* — e no qual montanhas de dinheiro podem ser movimentadas para qualquer ponto, na velocidade instantânea das redes de computadores?

Amarrado ao dinheiro dos Estados Unidos por uma cotação fixa desde 1983, o dólar de Hong Kong estava desde o início da semana sob pressão de investidores que queriam deixar o mercado local. Ao invés de enfrentar

os especuladores, o governo preferiu seduzi-los com uma chance de ganhos sem precedentes. Elevou as taxas de juros até 200% *ao ano*, em certos momentos da quinta-feira. A cotação da moeda foi preservada, mas o efeito colateral foi desastroso. Atraídos pelos juros, os aplicadores abandonaram a bolsa de valores que sofreu uma desvalorização sem precedentes de mais de 10% num só dia.

Foi a própria globalização que espalhou o tremor pelo mundo, num curioso efeito-dominó. Para compensar prejuízos na Ásia, os investidores vendiam papéis em outras bolsas, provocando quedas em cadeia. A maior, fora Hong Kong, foi a de São Paulo (-8,15%). Ainda assim, é provável que os analistas do governo e dos jornais continuem dizendo que a crise atual é um fenômeno restrito à Ásia, que o real está imune e que a economia brasileira pode até ganhar com a desgraça alheia...

Num mundo em que se deu liberdade inédita aos mercados de dinheiro, e em que quase todos os governos nacionais são cada vez mais impotentes para gerir suas economias, poderia ocorrer um *crash* de consequências sociais e econômicas semelhantes às de 1929? Ao participar de um debate na PUC de São Paulo, em maio deste ano, o professor François Chesnais, autor de “A Mundialização do Capital”, disse claramente que sim. Segundo ele, uma das características da contra-revolução neoliberal iniciada nos anos 80 foi derrubar os limites que haviam sido impostos aos mercados a partir da década de 30, precisamente para evitar a eclosão de novas crises.

O professor marxista vê o risco de um “crash” devastador. A bíblia dos neoliberais, também

Ao contrário de Chesnais, talvez o crítico mais esclarecido da globalização financeira

comandada pelo capital, a revista *The Economist* é uma espécie de vanguarda intelectual dos que defendem o processo. Não se dedica, porém, ao jogo perigoso do oba-oba. Por isso, a capa e o editorial mais importante desta semana advertem contra o risco de um novo *crash*. Embora os comentaristas tentem convencer os investidores do contrário, prevalece “a velha sabedoria de que os mercados podem cair, assim como sobem”, diz *The Economist*. E vai além. Frisa que uma nova queda das bolsas poderia não ser tão inofensiva quanto a que ocorreu há exatamente dez anos, em Nova York: um movimento semelhante, hoje, “poderia destruir a riqueza equivalente a uns 2 trilhões de dólares. Não há nenhuma garantia de que o FED (o Banco Central dos EUA) seria capaz de repetir a operação-salvamento sem acender a fogueira da inflação. Nesse caso, a história se repetiria como tragédia”.

A beleza do vendaval da última semana está em ter desmentido dogmas e aberto possibilidades

Não é essa a tendência principal, por enquanto. Os sistemas econômicos não entram em colapso por si mesmos. E quando as sociedades são tomadas pela idéia de que não são capazes de se auto-governar, o dinheiro faz isso por elas, com todo o seu ímpeto desumanizador. Para os investidores, cada nova crise é também uma boa oportunidade de negócios. “O sudeste da Ásia voltará a ser atraente”, disse há poucos dias um analista destacado de mercados emergentes, “quando os salários caírem e os governos cortarem as despesas sem piedade”.

A beleza do vendaval está em ter desmentido dogmas e aberto possibilidades. Além de injusto, o mundo criado pela Nova Ordem já não é seguro. Conformar-se a ela era aborrecido, e agora também é perigoso. Os homens e mulheres podem lançar-se a aventuras.

Troque as informações do laboratório pela análise no ADVERSO

Colabore com o seu jornal: escreva para a redação.

Críticas, artigos, cartas, tudo é bem-vindo.

PARA ANUNCIAR, LIGUE PARA 233.9252

O jornal da Associação de Docentes da Ufrgs

Todos os olhos para a Presidência

Peter Calvert

O presidente Carlos Saúl Menem está a meio caminho de seu segundo mandato como presidente da República Argentina. Se isso acontecer, Menem terá um mandato maior do que qualquer líder Argentino anterior, exceto Juan Manuel de Rosas no século dezenove.

Poucos teriam profetizado em 1989, que Menem teria sucesso em estabelecer uma presença tão marcante no cenário político. A Presidência passou por coloridos incidentes, desde o casamento de Menem, uma crise de saúde que ele por pouco sobreviveu e, o pior de tudo, a devastadora perda de seu único filho em um acidente de helicóptero.

Apesar do alto índice de desemprego e uma agitação difundida entre as províncias, a inflação tem sido dominada. Um programa de privatização rigoroso tem tirado o controle do Estado sobre a economia, embora o governo tenha tido que comprar de volta uma parte das Aerolíneas Argentinas.

A prosperidade está evidente nas lojas, na construção civil e no aumento da poluição urbana, mas a pobreza está também crescendo e o desnível social entre os ricos e os pobres tem se alargado.

A Argentina tem uma nova Constituição Federal e tem obtido sucesso no novo arranjo regional econômico com o Brasil, Uruguai e Paraguai no Mercado Comum do Sul (Mercosul).

De volta ao primeiro mundo

No exterior, a Argentina tem abandonado seus esforços de tornar-se um líder do Terceiro Mundo e tenta alcançar o status para o Primeiro Mundo. A questão da soberania sobre as Ilhas Falklands/Malvinas tem sido mantida “sob um guarda-chuva” bem como as boas relações com Londres. O rancor contra os Estados Unidos pelo seu apoio à Inglaterra na Guerra das Falklands/Malvinas tem sido substituído pela afirmação confiante de que a Argentina é o melhor parceiro dos Estados Unidos na América Latina.

Revertendo o declínio

Quando o Presidente Menem foi eleito pela primeira vez, em 1989, poucas pessoas fariam previsões de tantas mudanças e menos pessoas ainda diriam que isto seria articulado por Menem. A Argentina ficou em um estado pior ainda do que quando as forças armadas deixaram o posto em 1983. A inflação teve três cenários nos 15 anos consecutivos, a economia esteve em um estado de declínio e sérios incidentes nas forças armadas culminaram na abertura de duas revoltas contra o governo. Menem relutantemente concordou em tomar o posto seis meses mais cedo para evitar o perigo dos grupos radicais emergentes.

A primeira vista, era como se o país estivesse mergulhado em um caos além do controle. A inflação continuou descontrolada e a crise fiscal piorou. Em janeiro de 1991 o Sr. Domingo Cavallo sucedeu o então ministro da Economia e implementou o inalcançável programa de estabilização econômica, rendimento crescente, medidas para eliminar evasão de impostos, e um “pacto fiscal”. A chave foi a chamada “dolarização” em uma paridade de um peso para um dólar, acompanhado pelo câmbio estrangeiro e/ou reservas de ouro no Banco Central. Passados três anos, o ajuste e a prosperidade começaram a voltar e a Argentina tornou-se um caso de liberalismo econômico.

Sucedendo a si próprio

Menem não fez segredo de que gostaria

de suceder a si próprio. A primeira menção pública sobre o assunto ocorreu no noticiário em 18 de junho de 1989. Entretanto, a Constituição de 1853 excluía terminantemente uma reeleição. A idéia sofreu ativa oposição por apenas dois Peronistas: o Senador José Octavio Bordón, da cidade de Mendoza (que alimentava ambições presidenciais) e o Vice-Presidente Eduardo Duhalde. Menem, todavia, precisava do apoio da oposição e em Dezembro de 1993 formalizou um acordo com o anterior ex-presidente Raul Alfonsín em uma estrutura baseada na reforma constitucional - o chamado Pacto Olivos.

O Presidente Menem abriu sua campanha para a reeleição em 20 de novembro de 1994 com pesquisas de opinião que deram a ele a liderança total. E veio definitivamente para ganhar o primeiro round. Notavelmente, não foi o Governador Massaccesi pela União Cívica Nacional (UCR) mas o Peronista senador Bordón, que veio em segundo lugar. Concorrendo como candidato pela Frente por um País em Solidariedade (FREPASO), ele recebeu apoio de ambos partidos Radicais e os dissidentes Peronistas.

Poucos duvidaram que o Sr. Cavallo, o Ministro da Economia, tivesse sido um arquiteto do sucesso do presidente, e uma das consequências imediatas foi a vitória de Menem, que foi inaugurada por seu segundo mandato em 8 de julho de 1995. Mas o espetáculo harmônico teve vida curta. A tensão cresceu enormemente entre os dois quando o Sr. Cavallo reclamou publicamente da resistência para as reformas entre os detentores de interesses entrenchados no governo. O presidente insinuou abertamente que “os ministros são como fusíveis, pois eles são substituídos quando estão gastos”.

O efeito tequila

O Sr. Cavallo foi salvo pela crise Mexicana, ocorrida em dezembro de 1994. Apesar de uma declaração confidencial do presidente dizendo “a Argentina não é o México”, apenas por uma ação rápida e eficiente em janeiro de 1995, estabeleceu um “fundo de segurança” para instituições internacionais para prevenir-se contra problemas sérios de liquidez como o chamado “efeito tequila”, que atingiu tanto o Brasil quanto a Argentina.

A crise fiscal nas províncias foi tão severa que em Córdoba, a maior província controlada pelos Radicais, houve desordens e distúrbios em junho e mais de 100 pessoas se feriram, forçando assim, no início de julho, uma trégua prematura do Governador Eduardo Angeloz. Alguns distúrbios similares no Río Negro, em setembro, forçaram o afastamento do Governador Horácio Massaccesi.

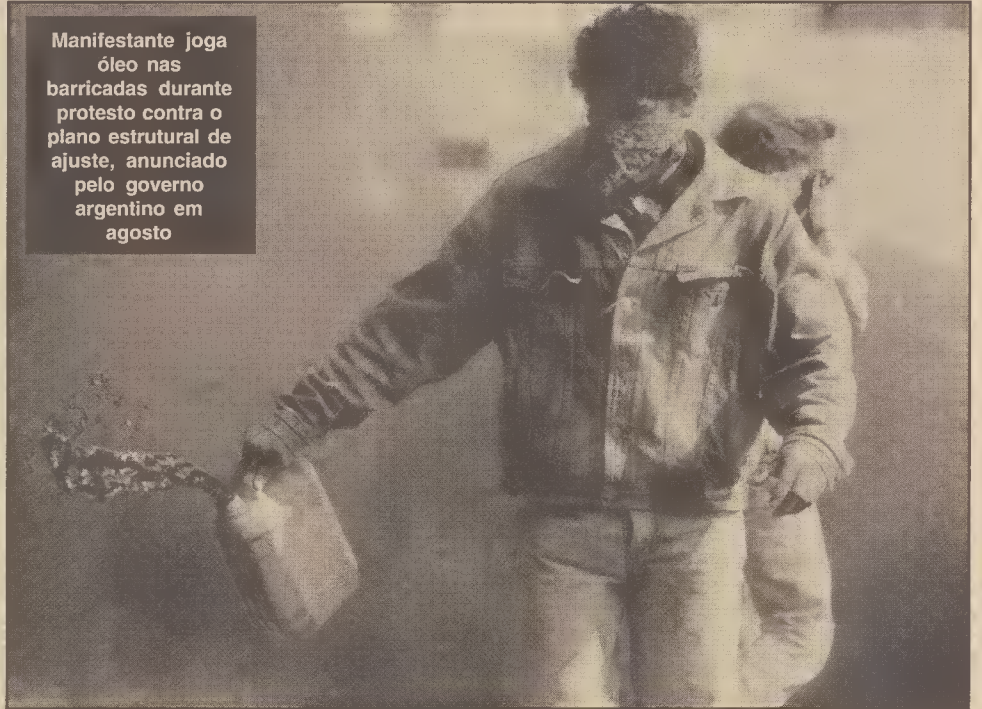
Naquele mês de setembro o então Presidente Raúl Alfonsín renunciou como presidente da UCR, deixando ambos dos seus mais prováveis sucessores desacreditados. O caminho parecia aberto para a terceira nova força, Frepaso.

Entretanto, um outro Peronista dissidente, Sr. Gustavo Béliz, concorreu por sua própria bandeira nas primeiras eleições diretas pela maioria de Buenos Aires. Então restou ao candidato do Partido Justicialista (PJ), um pobre terceiro lugar. A vitória veio para Fernando de La Rúa do UCR, com Frepaso em segundo lugar.

Ponto de Ruptura

A popularidade do governo foi soterrada tanto pelo alto índice de desemprego (17,1%)

Manifestante joga óleo nas barricadas durante protesto contra o plano estrutural de ajuste, anunciado pelo governo argentino em agosto



quanto pelas acusações de corrupção. Em 1996 tivemos a renúncia do Secretário-Geral da Presidência, Eduardo Bauzá, por razões de problemas de saúde, depois o Ministro de Justiça, Rodolfo Barra, tendo admitido uma vez ter sido membro efetivo de um grupo neonazista e ainda mais o Ministro de Defesa, Oscar Camilion, foi revelado que ele havia assinado documentos autorizando uma firma de armas militares “Fabricaciones Militares” que vendia pequenos armamentos e munições para o Equador em fevereiro de 1995. Isto foi durante o seu confronto com a fronteira do Peru - um conflito no qual a Argentina estava, supostamente, apenas como um agente mediador.

As relações entre o presidente e o Ministro da Economia, o Sr. Cavallo, alçaram o ponto de ruptura. O presidente gostou de ter levado o crédito pelas reformas econômicas de seu governo e não apreciou que o seu ministro o tivesse feito. Veio à tona, além de tudo, que o Sr. Cavallo tinha sido pago, em 1994, através do dinheiro dos fundos controlados pela presidência uma substancial taxa suplementar (sobresueldo) de US\$ 107,627 para o seu relativamente modesto salário oficial de US\$ 59,137. Entretanto, estava claro que outros ministros haviam sido similarmente tratados da mesma forma. Ele falhou em conquistar apoios. As medidas do novo governo para refrear a evasão de impostos foram impopulares. Cavallo foi demitido pelo presidente em julho de 1996 e substituído pelo presidente do Banco Central, Roque Fernandez.

Para assegurar o apoio contínuo do FMI a este mercado aberto de políticas livres, o presidente cortou algo em torno de US\$ 200 milhões do orçamento, sem qualquer indicação clara de onde tais cortes seriam utilizados.

O plano estrutural de ajuste anunciado em 12 de agosto foi tão impopular na Argentina, que o presidente deixou de apresentar ao congresso seu novo pleito para aprovação e implementou-o por decreto. Uma greve geral de 24 horas em 8 de agosto foi convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) que foi efetiva e levou o país a uma paralisação em 26 e 27 de setembro.

Não apenas fez um grande número de deputados do PJ (Partido Justicialista), apoiarem toda movimentação do comício, mas combinaram-se com outras oposições para

derrubarem o efeito das propostas econômicas do presidente, levando assim, o FMI a posicionar-se de forma rígida. Em Janeiro o novo Ministro de Finanças, Roque Fernandez, prometeu aos investidores estrangeiros que não haveria desvalorização da moeda corrente, pelo menos nos primeiros 10 anos, uma promessa a qual provavelmente seus sucessores não pretendem manter.

Nos últimos meses deste ano, contudo, a Argentina esteve aproveitando ao máximo seu estado de desacostumada prosperidade, mas as nuvens de tempestade estão se formando ao longe no horizonte e o panorama está se tornando cada vez mais incerto. Jassan, o novo Ministro da Justiça, foi forçado a renunciar em Junho de 1997. Seu sucessor, o Embaixador de Washington, Raúl Manillo Ocampo, é a 39ª pessoa a ocupar o posto como ministro sob o governo de Menem, em um país que até recentemente tinha um Gabinete de apenas sete membros!

Em todos lugares na América Latina já tem surgido dúvidas sobre a viabilidade a longo-prazo do modelo de mercado livre. Na Argentina, o descontentamento com o contínuo programa de privatização tem levado a agressões físicas entre o governo e os deputados da oposição, em pleno auditório do Congresso.

Um novo fator influenciou diretamente na decisão do Ministro da Economia, Domingo Cavallo, em abril para formar seu próprio partido. A Ação da República de aspirar um cargo presidencial em 1999. Mas Cavallo tem ainda que demonstrar habilidade de angariar votos e por tudo que envolve este jogo de poderes.

Há, pelo menos, uma incerteza sobre as reais intenções dos Estados Unidos com relação à América Latina. Com sua economia atada ao dólar e as empresas americanas comprando as empresas estatais argentinas, a importância de manter as boas relações são óbvias. O preço pago para manutenção da paridade com o dólar, entretanto, tem sido o mais alto índice histórico de desemprego no país, e este tem sido o ponto fraco do dólar que tem ajudado a tornar esta situação caótica possível. Se a Argentina quiser prosperar, necessita exportar, e se o objetivo mencionado pelo Presidente Clinton de uma Área de Livre Comércio entre as Américas vai ser alcançado, ele precisa da Argentina como um aliado.

Aposentadoria Integral: Direito ou Privilégio?

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Dizem que a máxima preferida de Goebbels era que uma mentira repetida muitas vezes vira uma verdade. Não sei se o ministro Bresser Pereira age com a mesma inspiração do líder da propaganda nazista, mas que no caso da aposentadoria do setor público há semelhança é indiscutível. Tanto se repete que a aposentadoria integral é um privilégio que não só os proponentes e a mídia convenceram-se disso, mas os próprios servidores públicos e até seus representantes sindicais. Encabulados, aceitam passivamente tratar-se de um privilégio - e quem tem coragem para defender direitos exclusivos de uma categoria como se cheirasse a mofo de antigos corporativismos? Há algo mais politicamente incorreto do que querer ser diferente ou beneficiado por um direito não passível de universalização?

Não há dúvidas de que direitos mais elementares, pelo artifício da repetição cotidiana, transformaram-se em privilégios. Mas será verdade no caso da aposentadoria integral? Os argumentos básicos contrários à aposentadoria integral do setor público centram-se na assertiva de que, em sistemas de previdência, para receber depois de aposentado é preciso antes pagar, ou seja, tudo se resume a um cálculo atuarial. A poupança construída ao longo dos anos pelos contribuintes da ativa sustentam os aposentados. Mas por que o servidor público deveria receber proventos integrais enquanto os co-irmãos do setor privado recebem no máximo 10 salários mínimos? Seria este um privilégio odioso, que na hora de pagar todos pagam, mas na hora de receber uns recebem mais do que outros?

Durmamos tranqüilos: o servidor público deve receber mais porque paga mais - muito mais do que no setor privado, e isto nem a imprensa conta em manchetes nem nós nos damos conta. A questão básica, para começar, é que descontamos para a previdência sobre o total dos salários, enquanto no setor privado o desconto máximo é sobre R\$ 1.031,87. Se alguém, no setor privado, ganha essa quantia, que é o teto, recolhe exatamente o mesmo que outro que percebe 2.000 ou 10.000 reais, ou seja, R\$ 113,50. Há teto tanto para o desconto como para o recebimento após aposentado. Obviamente se se ganha R\$ 5.000,00 mensais e o desconto é de R\$ 113,50, não há cálculo atuarial que permita aposentadoria integral. Mas não é o caso do setor público, onde não há teto, pois se paga pelo total percebido mensalmente - e por isto o justo é a aposentadoria integral, ou seja, receber-se-á após aposentado sobre o total descontado quando na ativa; se a regra do jogo é só receber sobre o que se paga não há como escapar de que no setor público se recebe aposentadoria integral porque se paga sobre o salário integral - e nisto não há qualquer privilégio.

Não bastasse isso, que por si só justificaria a aposentadoria integral, é preciso ainda levar em consideração que não só a base do desconto difere entre os setores privado e público, mas as alíquotas. No setor público, há um alíquota única de 11%, enquanto no setor privado as alíquotas variam por faixa de ronda - o que, aliás, é mais justo - começando em 7,82% (para salários até R\$ 309,56) até chegar a 11% (para a faixa entre R\$ 515,94 e

1.031,87). Essa diferença de alíquotas leva a uma distorção, fazendo com que o setor público pague mais. A questão deve ser invertida, ou já começo a ficar preocupado com a presidência do setor privado, nos termos propostos pela reforma, já que no setor público, como as alíquotas são maiores, certamente o cálculo atuarial é mais favorável à previdência pública, por uma questão elementar de lógica. Vejamos a tabela ao lado. Ela mostra o valor descontado para diversos níveis de salário tanto para o setor privado como para o setor público e o que representa o referido desconto em termos percentuais sobre o salário. A última coluna ilustra quanto o trabalhador público paga a mais mensalmente para a previdência do que o do setor privado. Por exemplo: quem ganha 200 reais paga R\$ 15,64 no setor privado, ou 7,82% de seu salário, enquanto quem percebe essa mesma quantia no setor público paga R\$ 22,00, ou 40,7% a mais. Já quem ganha 2.000 reais no setor privado paga R\$ 113,50, pois bate no teto, o que representa só 5,67% de seu salário; já no setor público paga R\$ 220,00, ou seja, 93,8% a mais que no setor privado.

A tabela ainda permite outras conclusões. Como a faixa salarial entre R\$ 515,94 e R\$ 1.031,87 é a única em que a alíquota nos dois setores é a mesma - 11% -, não há diferença entre o que pagam os trabalhadores de um ou de outro. Triste é constatar que os que ganham no setor público até pouco mais de 500 reais, portanto menos de 5 salários mínimos, acabam pagando mais do que no

setor privado - para ter praticamente a mesma aposentadoria (o cálculo no setor privado é sobre o salário-de-contribuição dos últimos 36 meses, o qual melhorou com a estabilidade da inflação). Para quem ganha mais de R\$ 1.031,87, a diferença também é gritante e no setor público se paga tanto mais que no setor privado quanto mais alto for o salário, já que os 11% incidem sobre ele, sem qualquer teto. Esta é a justificativa "matemática" para a aposentadoria integral - há motivo para o servidor público recorrer à aposentadoria complementar em instituições privadas, nem teria dinheiro para isto, pois já desconta muito mais justamente para tê-la assegurada. Pagaria duas vezes, caso fosse obrigado a fazê-lo pela pretendida reforma.

Finalmente, cabe assinalar algo

Coleção Pirelli/Masp



freqüentemente esquecido, a aposentadoria do setor público, no cálculo atuarial, não pode sair só da contribuição dos salários da ativa, pois há a contribuição do empregador que, no caso dos servidores, é o próprio governo. Todo sistema previdenciário do mundo supõe a contribuição das duas partes, e se a alíquota recaísse somente sobre o empregado seria altíssima e por isso sempre, inclusive a contribuição do empregador, é maior, podendo recair sobre o total da folha, sobre o faturamento ou sobre os lucros brutos, dependendo do país, regra esta que é adaptada para autarquias, fundações e empresas públicas.

Diante disso, é preciso enfrentar de cabeça erguida a questão da aposentadoria integral, à luz do mesmo princípio "recebe sobre o que paga". Caso contrário, o setor público acabará pagando mais para receber menos. Isto implica aceitar, em eventual negociação, que não se vai receber 25% a mais ou pular de categoria para se aposentar, pois daí estar-se-ia recebendo sem ter antes contribuído para fazer jus. Significa também negociar quanto tempo se deve ficar em um cargo ou função para haver incorporação. Isso é privilégio? Não: se há desconto para o sistema de previdência ou seguridade sobre essas gratificações, é lógico que ao dever do desconto corresponde o direito de recebê-las na aposentadoria. Pode-se até discutir a alíquota de 11%, desde que para o famoso cálculo atuarial fique acertada e transparente quanto vai ser a contribuição do tesouro - e não propositalmente ignorada, como hoje, levando a crer ou que os servidores públicos sejam autônomos, ou seja, "empregados de si mesmos", ou que contribuam para a previdência nas mesmas condições que os trabalhadores do setor privado.

Professor do Depto. de Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs e Diretor-Presidente da Fapergs

Salário	Setor Privado		Setor Público		Quanto paga a mais (%)
	Valor descontado	(%)	Valor descontado	(%)	
200	15,64	7,82	22,00	11,00	40,7
400	36,00	9,00	44,00	11,00	22,2
600	66,00	11,00	66,00	11,00	0,0
800	88,00	11,00	88,00	11,00	0,0
1.000	110,00	11,00	110,00	11,00	0,0
1.500	113,50	7,57	165,00	11,00	45,4
2.000	113,50	5,68	220,00	11,00	93,8
2.500	113,50	4,54	275,00	11,00	142,3
3.000	113,50	3,78	330,00	11,00	190,7
4.000	113,50	2,84	440,00	11,00	287,7
5.000	113,50	2,27	550,00	11,00	384,6
6.000	113,50	1,89	660,00	11,00	481,5
8.000	113,50	1,42	880,00	11,00	675,3
10.000	113,50	1,14	1.100,00	11,00	869,2
12.000	113,50	0,95	1.320,00	11,00	1.063,0

Fonte: Dados elaborados pelo autor

A Feira de homens e livros

Raquel Sager

Ouve quem dissesse que a história é feita de homens e livros. Lembranças e fatos de tempos passados vividos por pessoas que ajudaram a escrevê-la. A da Feira do Livro de Porto Alegre é, literalmente, um exemplo disso. Após 43 anos da sua primeira edição ela se repete, muitas vezes acrescentando, outras subtraindo e algumas dividindo opiniões e pessoas. Tudo começou quando um idealista como Say Marques, então diretor-secretário do extinto jornal "Diário de Notícias", trouxe a idéia, depois de uma viagem ao Rio de Janeiro, de fazer uma feira de livros em plena praça pública, nos moldes da que acontecia na Capital carioca.

Na época, entrar numa livraria era o mesmo

que entrar em um templo. As prateleiras majestosas e os livreiros, vestindo terno e gravata, intimidavam aquelas pessoas mais simples. Somente quem as frequentava eram homens e mulheres letrados e estudantes à procura de livros didáticos.

Apesar de o livro ser proporcionalmente mais barato do que hoje, eram poucos os que tinham acesso a ele, na década de 50. Foi pensando nisso que Say Marques propôs ao então diretor-presidente da Livraria e Editora Globo, Henrique D'Ávila Bertaso, a realização da primeira Feira do Livro. A idéia foi muito bem aceita e adotada por praticamente todos os livreiros da cidade.

Começaram as reuniões para definir a sua organização. Qual seria a melhor data? Onde ela seria realizada? Como seriam construídas as barracas? Enfim, conseguiriam atingir o seu objetivo que era popularizar o livro?

Passados 43 anos das primeiras reuniões, alguns dos pioneiros da Feira do Livro como Nelson Böck, na época sócio da Livraria Sulina e o proprietário da Leonardo da Vinci, Edgardo Xavier acreditam que os objetivos aos quais se propuseram foram plenamente alcançados. O livro passou a ser um artigo popular. E a Feira não é mais um evento somente dos livreiros. Ela se tornou parte integrante do cenário da cidade.

Com o seu crescimento e natural descentralização - por causa dos eventos paralelos - para eles, a Feira não tem mais aquele mesmo charme e o caráter de entrosamento e confraternização que havia antigamente. Ao falarem sobre isso, os dois livreiros recolhem lembranças do passado e deixam transparecer uma profunda nostalgia. Com o olhar perdido passam uma série de episódios, como em um filme, ou melhor, como em um livro, que recordam com muita saudade. Talvez seja de sua juventude ou então das

brincadeiras que rolava entre eles durante e depois da festa maior do livro. Nestes 43 anos muita coisa mudou. No início havia 14 bancas onde os próprios livreiros comercializavam, conversavam e faziam novos amigos. Hoje, normalmente, são funcionários que trabalham ali e muitos não conseguem sequer auxiliar um cliente na compra de um livro. A Feira tornou-se impessoal. Ela está mais comercial, condenam os dois.

Xavier diz ter medo de parecer um velho saudosista mas afirma que muitas noites, durante a Feira, quando fecha sua barraca, sente a voz da saudade naquelas ruas. Ele, que participa desde a primeira edição, acha difícil explicar o motivo disso, mas diz acreditar ser esse saudosismo algo latente em sua alma portuguesa. Ele deixou Portugal para vir ao Brasil em 1953.

Mas a 43ª Feira do Livro estará novamente na Praça da Alfândega de 31 de outubro a 16 de novembro. Como é natural, ela se modernizou mas não perdeu a sua essência de popularizar o livro. Lá todos tem acesso a ele, desde o engraxate, o menino de rua até o intelectual e a "gente humilde", mesmo que seja só para folheá-lo. Ainda hoje a Feira é o lugar onde as pessoas se encontram, grupos se manifestam, onde encontra-se "pérolas" nos balaies de saldos e autores novos tem a chance de ter os seus "15 minutos de fama" nas sessões de autógrafos. É a cidade se curvando para a Feira.

Este ano, a feira começa com muitas novidades. Uma delas é que ganhou cobertura em quase toda a sua extensão, outra é a feira infantil com 85 horas de programação para as crianças. Estará trazendo, ainda, diversos convidados para painéis, seminários, conferências, debates e uma mesa redonda. Entre eles estão os escritores Mário Vargas



Panorâmica da Feira na década de 60...

Llosa (Peru), Laura Esquivel (México), Fernando Arrabal (Espanha), Jorge Enrique Adoum (Equador), János Beny (Hungria), a agente literária que lançou Garcia Márquez e provocou o boom da literatura latino-americana, Carmen Balcells.

Também participarão os brasileiros Paulo Coelho, Mônica Buonfiglio, Inácio de Loyola Brandão, Décio Pignatari e um dos grandes criadores de histórias em quadrinhos da década de 60, dos Estados Unidos, Gilbert Shelton, além de Carlos Heitor Cony, Apolônio de Carvalho, José Wilker e Elza Soares.

O público estimado para este ano é de 1,5 milhão de pessoas e a venda superior aos 323 mil livros comercializados no ano passado. O patrono será Luiz Antônio Assis Brasil.

Fabrícia Osanai



... e hoje, com a cobertura de flores e fibra

ORELHA

Josué Guimarães: o autor e sua ficção

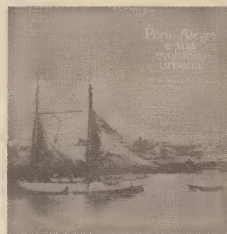
Maria Luíza Ritzel Remédios (org.)

Coletânea de ensaios e depoimentos sobre Josué Guimarães e sua obra. Este livro marca o início dos trabalhos de implantação do Acervo Literário do autor gaúcho e comprova sua importância na literatura brasileira e sul-rio-grandense. Editora da Universidade. 166p.

Porto Alegre e sua evolução urbana

Célia Ferraz de Souza e Dóris Maria Müller

Este livro analisa a evolução da capital gaúcha ao longo de sua história, mostrando e relacionando através de gráficos a evolução física e demográfica. A obra faz um registro da distribuição das atividades, dos serviços e da infra-estrutura urbana. Editora da Universidade. 127p.



Poética da Memória – uma leitura de Toni Morrison

José Eduardo Fernandes Giraudo

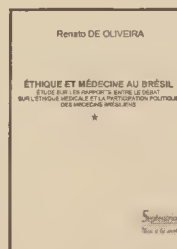
Análise literária da obra de Toni Morrison que trata da evolução histórica e cultural das comunidades negras dos Estados Unidos. O autor resalta a enorme carga de informação sobre as características da ficção escrita por mulheres afro-americanas neste século. Editora da Universidade. 143p.



Éthique Et Médecine au Brésil - Étude Sur Les Rapports Entre Le Débat Sur L'Éthique Médicale Et La Participation Politique Des Médecins Brésiliens

Renato de Oliveira

Tese de Doutorado defendida na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, França, em 1994. Discute os limites do debate sobre ética médica no Brasil, mostrando suas conexões com os desafios políticos da sociedade. 804p - 2 vol. Pedidos para Presses Universitaires Du Septentrion (Fax: 03 20 41 66 90)



HEMEROTECA

London Review of Books

Volume 19 – número 20 – outubro de 1997

Night Train by Martin Amis – Adam Phillips

Poem: "52 Pick-Up" – August Kleinzahler

Open Sky by Paul Virilio – John Kerrigan

The Man Without Qualities by Robert Musil

– Nicholas Spice

The Master and Margarita by Mikhail

Bulgakov – Michael Wood

Noli Me Tangere by José Rizal – Benedict Anderson

Albert Camus: a life by Olivier Todd – R.W. Johnson

We now know: Rethinking Cold War History by John Lewis

Gaddis – Neal Ascherson

The Royals by Kitty Kelley – David Cannadine



Assinaturas

Jornais diários:

– Zero Hora

– Correio do Povo

– Jornal do Comércio

– Folha de São Paulo

Revistas:

– World Today

– Cadernos do Terceiro Mundo

– London Review of Books

WWW

Dicas de Computação

www.pcworld.com/tips

Diariamente no seu e-mail.

Assinatura gratuita.

Dicionários

www.onelook.com

Procura de palavras em mais de

100 dicionários especializados.

Tecnologia

www.lids.puc-rio.br/latin/

Rede de informação acadêmica tecnológica da América Latina.

Cidades do Brasil

www.cidades.com.br

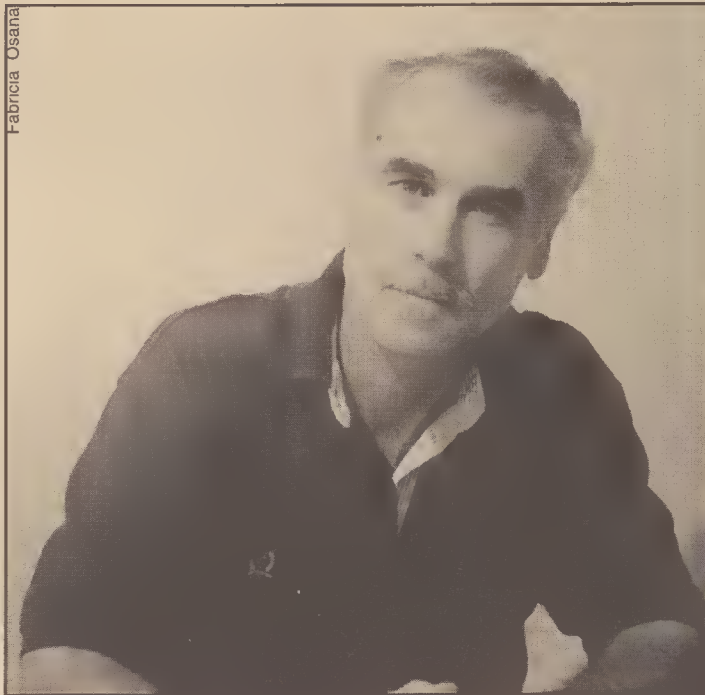
Fotos, mapas e serviços das cidades brasileiras.

Visite a página da Adufrgs: <http://www.adufrgs.org.br>

"O brasileiro é socialista"

Descobrimos o local do próximo congresso do Partido Comunista: num fusca. A piada foi publicada em manchete pelo Pasquim, nos anos 70. O tablóide zombava de uma época na história do país em que assumir-se comunista rendia prisão, tortura, exílio. Sempre na legalidade, os "vermelhos" declarados não eram muitos. Mas isso é passado, dizem os herdeiros do "Partidão", pois a cada eleição os comunistas ampliam sua participação nas três esferas do poder Executivo. Adverso foi conversar com um militante histórico, o ex-vereador de Porto Alegre pelo PCdoB e acadêmico de História na Ufrgs Raul Carrion, que amargou um exílio no Chile por "defender um país mais justo, livre e igualitário". Segundo ele, os ideais socialistas têm o apoio da maioria da população brasileira e são a única alternativa para solucionar nossos graves problemas sociais. Acompanhe.

Silvanio Mariani



Fabrizia Osana

Adverso – Por que o PCdoB, com seus 75 anos, não conseguiu a projeção política de partidos mais jovens como o PT, que em apenas 17 anos se tornou uma das principais lideranças no cenário nacional?

Raul Carrion – Isso decorre da história de dificuldades do partido. Nos seus 75 anos de existência, o PCdoB não teve nem 15 anos de legalidade. Não só foi proibido como teve seus militantes presos, toturados, despedidos de seus empregos. Apesar disso, quando foi legalizado, em 1945, conquistou 10% dos votos para o seu candidato à Presidência e elegeu fortes bancadas parlamentares. Mas dois anos depois foi proibido. Naquela época Getúlio Vargas, muito perspicaz, criou tanto o PSD como o PTB, este para evitar o crescimento do Partido Comunista. O nosso partido só conseguiu novamente a legalidade em 85, enquanto o PT conseguiu em 79. Seis anos antes o PT pôde trabalhar legalmente todo o sentimento contra a ditadura. É evidente que o surgimento de um partido de esquerda seis anos antes dificultou o crescimento do PCdoB. Some-se a isso a “queda do muro” em 89. Apesar do PCdoB ter sido desde 1963 um severo crítico dos descaminhos do socialismo na URSS e no Leste Europeu, para a grande massa foi vendida a idéia de que ele apoiava esse mal denominado “socialismo real”. Apesar disso tudo, o PCdoB, que em nenhum momento abdicou do marxismo e do socialismo, continuou crescendo.

Adverso – Com a abertura, não houve uma divisão da esquerda em vários partidos?

Carrion – É preciso ter claro o que ditadura buscava quando acabou com a bipartidarismo em 79. Por um lado, ela pretendia dividir as oposições porque nas eleições anteriores a ARENA fora derrotada pelo MDB. E a tendência era de crescimento das oposições. Então a ditadura trabalhou para fracionar a oposição. Na eleições de 1982, Jair Soares ganhou o governo do RS com somente 36% dos votos enquanto as oposições marcharam divididas entre Simon, Collares e Olívio Dutra.

Adverso – Qual é a proposta do PCdoB para solucionar os problemas do país?

Carrion – Nosso partido tem um programa estratégico para o Brasil, o seu Programa Socialista, que é não nenhuma “utopia” no sentido de ficção ou de algo inalcançável. O o socialismo é somente a primeira fase da

futura sociedade comunista. O nosso programa trata unicamente da transição da sociedade capitalista para a sociedade socialista, etapa em que iremos conviver com a propriedade privada não monopolista, com investimentos estrangeiros dentro das prioridades nacionais, com a propriedade cooperativa. Nesta etapa de transição serão cumpridas as tarefas pendentes da revolução burguesa inconclusa no Brasil: a reforma agrária, a efetivação da independência nacional e a consolidação da democracia para as massas trabalhadoras. Mas o amanhã não pode ser separado das lutas concretas de hoje. O que diferencia o revolucionário do reformista é que o revolucionário une a luta pelas reformas à luta maior pela transformação revolucionária da sociedade, enquanto que o reformista pretende resolver os problemas de hoje administrando a crise do capitalismo.

Adverso – Por essa ótica, seria lícito afirmar que o socialismo é uma forma de aliar eficiência econômica a conquistas sociais?

Carrion – É interessante referir à pesquisa realizada em julho deste ano pelo IBOPE, a pedido do PPB, onde 43% dos entrevistados disseram preferir o socialismo para viver e 5% optaram pelo comunismo. Os adeptos do capitalismo resumiram-se a 37%. Portanto, a maioria dos brasileiros é simpática ao socialismo. Isso significa que esta sociedade capitalista cada vez mais bárbara, que condena milhões à miséria, ao desemprego e ao subemprego, é incapaz de satisfazer às necessidades da maioria da população. Cresce a aspiração por uma nova sociedade, mais justa, e isto tem o nome de socialismo. O capitalismo tem 500 anos e não conseguiu resolver as necessidades de 85% da população do mundo. A luta pelo socialismo não é uma luta da esquerda ou dos socialistas, mas uma aspiração latente de todos os excluídos. Acreditamos que mais dia menos dia os povos se levantarão e alterarão este quadro. Já podemos perceber sintomas disso nas lutas sociais que crescem em todo o mundo, nas derrotas eleitorais do neoliberalismo na Inglaterra, na França, no México e agora na Argentina. São sinais de que a política neoliberal, hegemônica no capitalismo e no

imperialismo dos dias de hoje, é incapaz de trazer solução aos problemas dos povos.

Adverso – Há condições para os povos se levantarem?

Carrion – Nós acreditamos que o inevitável aprofundamento dessas contradições levará os povos à luta. O que é preciso é elevar o seu componente consciente, organizado, de forma a transformar esses movimentos em uma ação transformadora e revolucionária.

Adverso – Os ideais socialistas estão mais vivos do que nunca?

Carrion – O oitavo Congresso do PCdoB, realizado em 1991, teve um lema sugestivo: “O Socialismo vive”. Ali se tirou a decisão de elaborar um projeto socialista para o Brasil. Anteriormente, o PCdoB acreditava ser preciso, em um primeiro momento, uma revolução de caráter democrático e popular, que enfrentasse a reforma agrária e a questão nacional. Só num segundo momento é que se colocaria para a sociedade a tarefa da construção do socialismo no país. Era a chamada revolução em duas etapas. Agora, o PCdoB entende que a questão do socialismo está na ordem-do-dia desde hoje porque a burguesia abandonou a luta pela reforma agrária, pela soberania nacional e pela democracia, e só um poder socialista poderá cumprir essas tarefas da revolução burguesa inconclusa no Brasil. Portanto, ao contrário da falácia de que o socialismo morreu e a história acabou, o PCdoB entende que o socialismo é a única alternativa para solucionar os problemas do Brasil e de todos os trabalhadores do mundo. Numa perspectiva mundial, consideramos que o socialismo sofreu uma derrota provisória, devido a erros na sua construção – subestimação da democracia socialista, equívocos econômicos, etc. O PCdoB amadureceu a sua compreensão de que não existe modelo único de socialismo, temos que encontrar um modelo próprio para o socialismo no Brasil, aplicando o marxismo à realidade brasileira. Só a conjunção desses

dois elementos, o marxismo renovado, não dogmático, dialético, e o conhecimento da realidade brasileira é que permitirá encontrar os caminhos para a solução

dos problemas brasileiros. O socialismo é o futuro da humanidade. E é importante dizer que os países que ainda se mantêm socialistas como Cuba, China, Vietnã e Coreia do Norte estão buscando novos caminhos. E o país cuja economia mais cresce no mundo é a China socialista.

Adverso – Qual é a representação do PCdoB em nível nacional?

Carrion – A atuação do PCdoB se dá no parlamento, em nível nacional, estadual e municipal, sempre buscando a unidade do campo popular e progressista. Nesse sentido, um grande avanço foi a formação do bloco dos partidos de esquerda no Congresso Nacional (PT, PDT, PSB, PCdoB) o que potencializou a ação da esquerda em um quadro extremamente desfavorável. Também atuamos em diversos governos estaduais e municipais. Mas o nosso partido não se resume a uma atuação essencialmente parlamentar ou institucional. Procura atuar principalmente nas lutas sociais, por isso tem uma presença forte na juventude, na direção da UNE e da UBES, no movimento sindical, na direção da CUT, no movimento camponês, no MST, na luta comunitária e popular, na luta das mulheres, dos negros e junto à intelectualidade progressista.

Adverso – E a representação no RS?

Carrion – No parlamento estadual destaca-se a combativa deputada comunista Jussara Cony. No Interior, dobramos nossa representação partidária nas câmaras municipais. Em Caxias, tivemos o vereador mais votado da cidade. Em Cachoeira do Sul, a vereadora mais votada de esquerda. Elegemos vereadores em Pelotas, Rio Grande, Ijuí, Gravataí e Bento Gonçalves, cidades onde a classe operária e a luta dos trabalhadores tem força. Por ser um partido com uma atuação prioritária nas lutas sociais, a sua representação parlamentar é muito inferior à sua influência política efetiva. Outros partidos têm uma representação maior no parlamento, mas não têm a inserção social que é característica do nosso trabalho.

Adverso – Como o partido se situa frente ao governo federal?

Carrion – Nosso partido combate frontalmente o projeto neoliberal em curso. O 9º Congresso que acaba de realizar-se definiu a resolução de construir uma ampla frente contra o governo. Entendemos que a continuidade do projeto neoliberal no Brasil depende em grande parte da reeleição de FHC. A ponto de as elites brasileiras abrirem mão da tradição republicana de não reeleição em vigor há 100 anos e que lhes facilitava a solução de suas contradições internas através do rodízio no poder.

Adverso – Bastará uma frente de esquerda?

Carrion – O PCdoB acha que não. A atual correlação de forças torna difícil que uma frente unicamente de esquerda tenha forças suficientes para vencer as forças de direita. É preciso formar uma frente ampla, que tenha como núcleo as forças de esquerda, com um programa antineoliberal, capaz de aglutinar os setores de centro que hoje estão descontentes com os rumos do governo FHC. Como acontece com uma boa parte do PMDB, a começar por seu presidente nacional, por Requião, pelo próprio Quércia. Mesmo em outros partidos é possível atrair descontentes. Esta é a tática aprovada pelo PCdoB.

"A luta pelo socialismo não é uma luta apenas da esquerda ou dos socialistas mas uma aspiração latente de todos os excluídos."